

Cadernos

da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

v. 8 n. 39 2023

Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar

Storytelling na prática e
no pensamento jurídicos:
compartilhando a experiência
e textos produzidos no curso



©2023 EDEPE

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

v. 8 n.39 2023 – ISSN 2526-5199

Defensor Público Geral

Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior

Defensor Público Diretor da EDEPE

Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

Defensores/as Públicos/as Assistentes da EDEPE

Peter Gabriel Molinari Schweikert

Leila Rocha Sponton

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

Corpo Editorial

Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

Peter Gabriel Molinari Schweikert

Leila Rocha Sponton

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

Projeto Gráfico

Laura Schaer Dahrouj

Diagramação

EDEPE

Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE

Rua Líbero Badaró, 616 - 4º andar

CEP 01008-000 - São Paulo-SP

Tel.: (11) 3105-0919 - ramal 401

escola@defensoria.sp.gov.br

Todos os direitos reservados à Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Os conceitos e opiniões expressos nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana (Org.)

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
*Storytelling na prática e no pensamento jurídicos: compartilhando
a experiência e textos produzidos no curso*

1ª edição

São Paulo

EDEPE - Escola da Defensoria Pública do Estado

2023

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	São Paulo	v.8	n.39	p. 1-59	dez/2023
--	-----------	-----	------	---------	----------

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. –v. 1, n. 1 (2016)- . – São Paulo : EDEPE, 2016- .

ISSN 2526-5199

1. Direito – Periódico. I. Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CDU 34(05)

Elaborado por Giliardi Pereira Delli Paoli – CRB-8/10114

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

No exercício de sua missão constitucional de realizar a assistência jurídica gratuita aos necessitados (art. 134, da Constituição Federal), a Defensoria Pública veicula ao sistema de justiça realidades e pleitos até então inexplorados pela doutrina jurídica tradicional. Esta atuação peculiar, criativa e inovadora merece o respectivo registro.

Publicados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, os Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pretendem concentrar a produção de conhecimento pautada pela vulnerabilidade dos usuários dos serviços de assistência jurídica gratuita, consolidando artigos, pesquisas, anais de eventos, dentre outras produções de Defensores/as Público/as e Servidores/as da Instituição.

Embora este caminho já tenha sido trilhado por outros atores e instituições, é certo que ainda se encontra em seus passos iniciais, de modo que a série ora apresentada pretende somar e contribuir para a construção de arcabouço de produção escrita que não apenas reproduza os institutos doutrinários clássicos, mas que inove e tenha como objetivo a consecução dos direitos da população vulnerável.

A série é dividida em onze áreas temáticas: 1. Cidadania e Direitos Humanos; 2. Ciências Penais; 3. Infância e Juventude; 4. Direito das Famílias e Sucessões; 5. Direito Processual e Litigância Estratégica; 6. Habitação e Urbanismo; 7. Direito das Mulheres; 8. Diversidade e Igualdade racial; 9. Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; 10. Direito do Consumidor; 11. Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar.

A EDEPE está à disposição para críticas e sugestões através do e-mail: escola@defensoria.sp.def.br



Sumário

Apresentação	7
<i>Yasmin Oliveira Mercadante Pestana</i>	
A narrativa como um método possível para representação e compreensão sobre os caminhos do Direito	9
<i>Laura Mascaro</i>	
Notícia 01 - Especial Quilombolas	21
<i>Luísa Torre, Renan Antunes de Oliveira</i>	
39 Vidas e Um só Destino	26
<i>Erica de Souza</i>	
A espera de Michele	29
<i>Yasmin Oliveira Mercadante Pestana</i>	
09 de novembro de 2009	31
<i>Gilmar Pereira Rodrigues</i>	
Da Mata	34
<i>Cristiane Juliari</i>	
Per/seguidos por viver.....	37
<i>Lara Caroline Hordones Faria</i>	
Notícia 02 - O calvário das viúvas da ocupação	39
<i>Metamorfose Digital</i>	
Memórias de Marie	40
<i>Maricy Rehder Coelho Camara</i>	
Documento 1	43
<i>Rafael de Paula Eduardo Faber</i>	
Notícia 03 - Hospital psiquiátrico infantil abrigou salas de tortura em BH	44
<i>Clarissa Carvalho</i>	
Paredes brancas	45
<i>Raquel Peralva Martins de Oliveira</i>	
Rua Manaus	48
<i>Clarissa Christianne Rodrigues Souza</i>	
Notícia 04 - Marcas étnicas são sentenças de morte	50
<i>Driana Carranca</i>	
A Captura	51
<i>Bruna de Cassia Teixeira Werneck</i>	
Afluentes do Nilo	53
<i>Amanda Pilon Barsoumian</i>	
Escombros Humanos	56
<i>Fernanda Cristina Santos</i>	



Apresentação

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana
Defensora Pública Assistente da EDEPE

O Caderno “*Storytelling* na prática e pensamento jurídicos” tem a importante missão de inaugurar um caminho de diálogo e produção acadêmica-literária entre a prática da Defensoria Pública de São Paulo e a Literatura.

Os textos aqui apresentados são resultado do curso de mesmo nome, realizado em junho de 2023, no Auditório da Defensoria Pública. O artigo de abertura, assinado pelas professoras Laura Mascaro e Ana Rüsche, idealizadoras e ministrantes do referido curso, nos convida a refletir como “o direito e a literatura estão relacionados, e como a narrativa e a representação literária nos auxilia na compreensão de questões complexas e em decisões éticas”.

A busca por essa interdisciplinaridade entre os dois campos, do Direito e da Literatura, vem dos desafios práticos da atuação de Servidoras/es e Defensoras/es. Muitas demandas que aportam na Defensoria desafiam a ordem jurídica imposta, questionam predicados legais, extrapolam conceitos pré-fixados e nos provocam a procurar por respostas ainda não pensadas. E a Literatura, nesse sentido, é espaço e ferramenta para expandir possibilidades e formas não imaginadas. Como bem pontuam as professoras Laura e Ana, a “perspectiva literária” pode colaborar “para transformar o fenômeno jurídico e vice-versa, inclusive estabelecendo uma porosidade entre os dois campos e objetos de estudo”.

Além disso, o campo literário pode ser o lugar para denunciar injustiças, recompor fraturas sociais que o Direito não consegue sanar, acolher vozes silenciadas pelo Judiciário e até mesmo extravasar as angústias daquelas/es que atuam no sistema de justiça e se frustram diuturnamente com os obstáculos institucionais. “A literatura frequentemente passa a ser o lócus de realização da justiça ao passo que o direito assume as vestes da simulação”, essa aparente contradição também foi objeto de reflexão do curso e do artigo apresentado pelas professoras.

Seguindo tais premissas, as/os participantes do curso foram desafiados a escrever a partir de casos práticos de violação de Direitos Humanos e de uma perspectiva concreta e interna à situação dada, encarnando os corpos e os sentimentos envolvidos. Apresentamos alguns dos textos produzidos por meio desse exercício, que também desafiarão as/os leitoras/es a realizarem o esforço da alteridade, propiciado pela Literatura, em sua prática defensoral.

As reflexões aqui apresentadas podem ampliar os caminhos para escuta e acolhimento qualificado das pessoas; propiciar inventividade responsável e técnica no uso das palavras, reconhecendo a força da escrita; aprimorar a caracterização de problemas jurídicos, de forma menos abstrata – o que auxilia na educação em direitos; e



melhorar a técnica de narrar demandas jurídicas. “Escrever é interessar-se profundamente em outras pessoas, em seus dramas e suas histórias. É o fazer de uma história comum em uma história única, algo bastante familiar ao ofício da Defensoria”, concluíram as professoras convidadas.

Por fim, a EDEPE aproveita para agradecer a todas as entidades, pessoas e integrantes da instituição que nos encaminharam os textos que compõem esse Caderno e desejamos uma ótima leitura a todas/os.

Boa leitura!



A narrativa como um método possível para representação e compreensão sobre os caminhos do Direito

Laura Mascaro *

1. O curso

Em junho de 2023, tive a oportunidade de ministrar um curso na Defensoria Pública de São Paulo com Ana Rüsche, intitulado “Storytelling na prática e pensamento jurídicos”. O curso surgiu de uma demanda de profissionais da própria instituição para refletirem sobre as suas práticas a partir de uma perspectiva narratológica — com o curso, poderiam se beneficiar de uma perspectiva que possibilitasse que refletissem de maneira mais próxima sobre as demandas das pessoas que atendem com maior sensibilidade. Além, é claro, de técnicas de narração que poderiam enriquecer suas peças com relatos de experiências de forma mais persuasiva.

A partir dessa demanda, propusemos um curso que pretendia apresentar o papel da literatura para a prática jurídica, mais especificamente da narrativa (*storytelling*), a partir do pensamento de Adilson Moreira, Antonio Candido, Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Jacques Derrida e Shoshana Felman. Também nos propusemos a dialogar com narrativas literárias de George Orwell, Ian McEwan, Marguerite Duras, Maryse Condé, Octavia Butler, Ricardo Lísias, Lubi Prates e Scholastique Mukasonga, entre outras autorias, apresentando textos e refletindo coletivamente sobre suas representações textuais.

O curso ocorreu em três encontros. No primeiro encontro, intitulado “Narrativas, o poder da representação e a reflexão jurídica”, apresentamos alguns aspectos teóricos do curso, tentando responder a algumas questões acerca de como o direito e a literatura estão relacionados, e como a narrativa e a representação literária nos auxilia na compreensão de questões complexas e em decisões éticas. Também realizamos um primeiro exercício de escrita e uma primeira rodada de leitura e análise de excertos de textos literários.

No segundo encontro, “Narrar é propor um mundo”, realizamos a segunda rodada de leitura e reflexão de textos literários, com ênfase em exercícios criativos. Para o comentário da obra de Maryse Condé, contamos com a participação da docente convidada, Maria Carolina Casati. Exibimos vídeos e realizamos uma sessão curta de escrita durante o período da aula, a partir da proposta de exercício de escrita criativa que foi entregue aos participantes.

Durante o terceiro e último encontro, a dinâmica foi de partilha. Houve uma dinâmica de apresentação de narrativas produzidas por participantes, tendo como base casos reais de violação de Direitos Humanos.

Vale mencionar que o curso ministrado teve como precursor um outro curso de extensão idealizado no ano de 2014 para a Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, sediada no Instituto de Estudos Avançados da



Universidade de São Paulo — USP¹. As oficinas tiveram edições no Centro de Estudo da USP na Rua Maria Antônia, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e no centro cultural Taperá Taperá.

A cada edição, houve uma atualização na metodologia, inserções bibliográficas e temas, conforme a evolução das pesquisas. O curso foi ainda objeto de conferência acadêmica no Instituto de Estudos Avançados e também foi analisado em artigos científicos. Para a atividade desenvolvida em 2023 incluímos uma moldura teórica condizente ao momento histórico e também em sintonia com as peças fornecidas pela instituição, propondo, dessa maneira, uma atividade próxima aos desafios e questões mais atuais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

2. Aspectos teóricos

Derrida (1968-1969, fl. 07) aponta que o projeto de Platão e de sua metafísica da presença seria justamente “*nous garder contre la folie et contre le jeu [...]. C’est précisément la tâche confiée aux gardiens de la cité, dépositaires de la vérité et de l’autorité politique*”. O jogo que busca um sentido para além dos critérios racionais do verdadeiro e do falso tem um grande risco, que é o risco do jogo sem fim, sem pouso ou porto.

Nesse sentido, vale lembrar que para Adorno e Horkheimer, a arte é vista na sociedade esclarecida como um domínio particular da atividade social, não tendo relação com o verdadeiro conhecimento, ou com a verdade que o direito pretende enunciar (“verdicto”). Para a mentalidade científica e para o direito esclarecido, a transgressão da esfera da realidade “é desvario e autodestruição, do mesmo modo que, para o feiticeiro do mundo primitivo, a transgressão do círculo mágico traçado para a invocação; e, nos dois casos, tomam-se providências para que a infração do tabu acabe realmente em desgraça para o sacrilégio” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 33).

Até o final do século XIX não havia um estudo do direito e da literatura de maneira inter-relacionada, embora reconheçamos que na origem esses dois fenômenos caminhassem juntos. Até esse momento, a literatura era utilizada nos tribunais, mas era vista como parte da técnica de escritura de advogados e juízes.

Nos Estados Unidos, Eugene Wambaugh e Henry Wigmore desenvolveram no fim do século XIX e início do XX, listas de obras literárias que consideravam importantes para os profissionais do direito (Balzac, Dickens, Dumas, Victor Hugo). Essas obras eram vistas como um “arsenal” à serviço da retórica jurídica. É nesse mesmo sentido que caminha o ensaio de Benjamin Cardozo (1870-1938 – advogado e posteriormente juiz da Suprema Corte americana) *Law and Literature* publicado em 1925 na Yale Review. Ele acreditava que o juiz e o advogado deveriam saber explorar os recursos literários da língua. Cardozo, como juiz, promovia uma fusão perfeita entre os estilos literário e

¹ MASCARO, Laura e RÜSCHE, Ana. Tornar presente o ausente: escrita criativa e reflexão sobre direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 96, p. 71-87, dez. 2015. Disponível em: <http://ref.scielo.org/fy9xt2>.



jurídico nas suas decisões (incorporava uma narrativa literária, com alguma carga emotiva).

No entanto, a institucionalização do estudo da inter-relação entre direito e literatura só aconteceu em 1976, na Convenção anual da Modern Language Association. A partir da Convenção surge um grupo de discussão denominado “Law as Literature” e com isso um movimento de estudiosos do direito e da literatura que se propõe a estudar essas inter relações. O movimento *law and literature* é mais forte nos Estados Unidos, mas isso não significa que outros países não produzam pesquisas neste campo. No Brasil é um campo ainda pouco explorado.

Tradicionalmente, dividimos os estudos de direito e literatura em quatro vertentes distintas:

1. O direito da literatura: estuda a maneira pela qual a lei e a jurisprudência tratam os fenômenos da produção literária.
2. O direito como literatura: estuda o discurso jurídico a partir de métodos de análise típicos dos estudos literários.
3. O direito na literatura: estuda como a literatura trata as questões de justiça e de poder subjacentes à ordem jurídica.
4. O direito pela literatura: estuda as ocasiões em que os atores jurídicos (parlamentares, autores de doutrina e juízes) se utilizam da literatura para garantir uma maior difusão da tese que sustentam.

Mas qual o interesse dos estudos de direito e literatura para um jurista? Em primeiro lugar, podemos, enquanto juristas, aprimorar competências primordiais à prática jurídica: habilidades de escrita e fala, a capacidade de escuta, a aptidão de sustentar um discurso que leva em conta a sensibilidade do auditório, a habilidade de traduzir, ou seja, transpor a linguagem comum à jurídica e vice-versa.

A literatura contribui também com a tarefa mais difícil e aporética de juristas: a função de integração inerente ao direito, que consiste em dar a justiça a partir de diferentes pontos de vista, sempre buscando as convergências e terrenos de entendimento. Para tanto, juristas devem se atentar às mais variadas condições humanas, principalmente àquelas mais marginalizadas. Podemos citar aqui Tzvetan Todorov, que em sua obra, *La littérature en péril* descreve a literatura como “um laboratório experimental do humano”. Ou mesmo Antonio Candido (2004), quando diz que “ela não corrompe nem edifica, portanto; mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo porque faz viver”. Com isso viria um afinamento do senso de justiça, a aquisição de um senso de responsabilidade política inerente à função do juiz ou do advogado.

Com a literatura podemos também exercitar formas de raciocínio diretamente ligadas à própria racionalidade jurídica. A aptidão para “sair da caixa”: podemos imaginar os casos que ainda não surgiram, os direitos ainda a se descobrir (ficção científica e direito digital); ou o tratamento de problemas que já existem, mas que ainda não foram



visibilizados, porque concernem principalmente aos invisíveis, aos sem voz. Essa capacidade de imaginação revela-se particularmente importante nos *hard cases* (casos difíceis), todas as vezes em que nos deparamos com uma lacuna normativa, ou conflito entre princípios e regras; em suma, um caso que não se deixa subsumir.

O caso, a partir de sua origem latina *casus*, é um evento imprevisto, excepcional, que “coloca em xeque” as categorias e as normas por meio das quais costumamos observar a normalidade. Ou seja, todo caso seria *hard*. O raciocínio com base em regras acaba por igualar os casos ao tentar enquadrá-los em uma caixa normativa, suspendendo artificialmente eventuais “perturbações”, aparando arestas que não se enquadram perfeitamente em um modelo abstrato. O raciocínio que tem por base o caso, ou seja, o raciocínio prudencial, a *iuris prudentia*, acolhe a contingência e a variedade dos contextos humanos e sociais para elaborar uma solução adequada. A prudência, ou no grego *phronesis*, mergulha no caso concreto para daí extrair uma orientação normativa.

O descompasso do direito como sistema de regras em relação à realidade dos fatos aparece de maneira falaciosa como “crise do direito”, quando talvez o que precisamos é de um novo direito e de uma nova forma de pensá-lo. A flexibilidade seria intrínseca ao direito enquanto um modo de pensar cujo sentido é a justiça. Nesse sentido, Derrida (2018, p. 08) aponta para: “a possibilidade de uma justiça ou de uma lei que não apenas exceda ou contradiga o direito, mas que talvez não tenha relação com o direito, ou mantenha com ele uma relação tão estranha que poder tanto exigir o direito quanto excluí-lo”.

O que François Ost (2015) propõe nesse sentido é uma interdisciplinaridade que articule os saberes produzidos nos campos do direito e da literatura e que promova uma tradução mútua dos dois jogos de linguagem presentes. No entanto, acrescentamos que corremos o risco de perceber que a partir dessas articulações a investigação a partir da perspectiva literária colabore para transformar o fenômeno jurídico e vice-versa, inclusive estabelecendo uma porosidade entre os dois campos e objetos de estudo.

Se considerarmos a abordagem rígida do direito como sistema normativo estatal, devemos realmente proceder com cautela nas aproximações entre direito e literatura. E frequentemente é o que observamos nesse campo de estudos: lembro aqui da afirmação de Shoshana Felman (2014) de que o diálogo entre as disciplinas do direito e da literatura tem sido até agora principalmente temático, ou seja, conservador no sentido de não abalar a integridade e os limites estáveis epistemológicos dos dois campos. O questionamento que borra as fronteiras entre o direito e a literatura não costuma ser usual e pode estremecer algumas estruturas, como o faz a arte toda vez que pretende ir além do círculo mágico que lhe foi outorgado pelo esclarecimento.

Na vida real, no entanto, o direito e a literatura por vezes ultrapassam essas fronteiras — estabelecidas mais pelo direito do que pela literatura, diga-se de passagem — e se interpenetram. A literatura frequentemente passa a ser o lócus de realização da justiça ao passo que o direito assume as vestes da simulação, da ficção, o que pode conduzir ao que Felman (2014, p. 92) denomina “trauma jurídico”, que deixa para trás



uma “cadeia esquecida de feridas culturais e por compulsivas e inconscientes repetições jurídicas, de casos jurídicos profundamente traumáticos”.

A partir dessas constatações, pretendemos justamente pensar a partir da fronteira entre essas duas disciplinas, de uma perspectiva que nos permite questionar a jurisdição de um desses campos no lugar de buscar sua definição, trazendo exemplos que produzem uma perturbação e desafiam os limites instituídos para a soberania do jurídico, em busca de uma justiça (im)possível.

Hannah Arendt (2018) aponta que na antiguidade pré-filosófica, o direito era visto como a fronteira que os homens estabelecem entre as cidades. Ela chega a utilizar a expressão “wall of law” (muro do direito) para definir o *nomos*:

Esse sentido primário de *nomos* (direito) ainda se faz presente em Platão quando ele evoca Zeus como o Deus das fronteiras no início de seu discurso em “Leis”, assim como está presente em Heráclito quando ele afirmou que um povo deve lutar por suas leis como lutam pelos muros (*teichos*) de sua cidade. (ARENDR, 2018, [S.p.]

O termo “jurisdição” (“juris-dição”), embora em sentido estrito signifique “dizer o direito”, ainda carrega uma conotação territorial forte como o território político, social e conceitual onde as leis ou um determinado poder judicial possuem sua autoridade: “jurisdições não podem se furtar a revelar seus limites, não apenas quando confrontam autoridades rivais ou circunstâncias imprevistas, mas também quando encontram tipos de experiência indisciplinadas que desafiam teimosamente qualquer controle administrativo” (KERTZER, 2010, p. 8).

Em primeiro lugar Derrida, resgatando Kant, aponta para uma característica do direito que consiste em sua relação com a violência, ou seja, a coercitividade, “quer essa força seja direita ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica -, coercitiva ou reguladora etc.” Essa força/violência descrita por Derrida consiste na imposição de uma decidibilidade, que seria essencial ao direito como o concebemos hoje, que não se afasta em absoluto de sua dimensão arquitetônica, definidora de fronteiras.

O direito opera um corte, precisa chegar em uma decisão entre o legal e o ilegal, entre o inocente e o culpado. E esse corte é violento, impõe uma cisão onde antes não havia: “um julgamento presume-se ser uma busca da verdade, mas, tecnicamente, é uma busca por decisão, e assim, em essência, ele não busca simplesmente a verdade, mas uma finalidade: uma força de resolução” (FELMAN, 2014, p. 90). Como consequência, percebemos que os procedimentos que conferem uma forma jurídica ao discurso frequentemente limitam o impulso contra-jurídico de compreensão, de buscar um sentido que transborda suas categorias.

Nesse contexto, a literatura aparece como uma forma linguística que pode operar dentro de certos limites, de regras de gênero e de estilo estritas, mas que também está constantemente a ultrapassar e desafiar as fronteiras, nem sempre erigindo novos muros no lugar daqueles que destruiu, o que também constitui um processo violento. A literatura pode assim dar margem a equívocos, ambiguidades, confusões, que o direito



não pode se dar ao luxo de tolerar porque ameaça a sua decidibilidade, a necessidade de autopreservação de suas fronteiras e seus domínios, como constata Walter Benjamin (1986, p. 172):

[...] onde se estabelecem limites, o adversário não é simplesmente aniquilado, mas concedem-se direitos a ele [...]. Limites estabelecidos e circunscritos são, ao menos em tempos arcaicos, leis não escritas.

[...]

Ora, a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, fazer a lei, consistiria num golpe de força, numa violência performativa e portanto interpretativa que, nela mesma, não é nem justa nem injusta. [...] Há ali um silêncio murado na estrutura violenta do ato fundador.

O julgamento jurídico, portanto, requer somente a verdade suficiente para se chegar a uma resolução legalmente satisfatória, que poderia ser obscurecida por um excesso de testemunho, por exemplo. As fronteiras do direito são constantemente ameaçadas, e tudo que ameaça essa jurisdição, é tido como ilegalidade ou mesmo crime, até a literatura..

Por outro lado, observamos que a justiça nem sempre se circunscreve aos “muros do direito” construídos por mãos humanas. Cícero (KERTZER, 2010) proclama a justiça como transcendente, esperança “messiânica” para além de uma proporção calculada, como excedendo o cálculo, as regras, programas etc. Ou seja, como algo que desafia as estremaduras impostas pelo direito entre o inocente e o culpado, entre o prescritível e o imprescritível, ultrapassando a coisa julgada ou mesmo o ciclo orgânico da vida. A justiça, que não se confunde com o direito patriarcal esclarecido, é o transbordamento, o excesso que muitas vezes ultrapassa a proporcionalidade aritmética. A literatura pode ser o lugar, portanto, de uma dimensão messiânica da justiça, como enunciada por Walter Benjamin (1986), que ultrapassa a jurisdição humana, o “marco do limite entre homens e deuses”.

Um texto literário é uma busca de sentido, de expressão, de significado elevado e de compreensão simbólica. Ela própria traz a dimensão de justiça enunciada por Derrida, que é a experiência da alteridade absoluta, o transbordamento para o outro: “É o estremeamento dessas fronteiras, sua permeabilidade também, sua indecidibilidade que [...] importam aqui, e não reinstalar outras distinções oposicionais tranquilizadoras” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 182). “A justiça nela mesma, se algo como tal existe, fora ou para além do direito, não é desconstruível. (...) A Desconstrução é a Justiça” (DERRIDA, 2018, p. 27).

2.1. Direito prudencial como um direito literário

Arendt aponta, em seu texto “A tradição e a época moderna”, que um dos autores que representam em seu pensamento o desmantelamento da tradição é Nietzsche, com sua teoria que diagnostica ou prenuncia a “desvalorização dos valores”, que surge da



incompatibilidade entre as “ideias tradicionais”, que haviam sido utilizadas como unidades transcendentais para identificar e medir pensamentos e ações humanas, e a sociedade moderna, que dissolve todas essas normas em relacionamentos entre seus membros, estabelecendo-as como “valores” funcionais: “Valores são bens sociais que não têm significado autônomo, mas, como outras mercadorias, existem somente na sempre fluida relatividade das relações sociais e do comércio.” (ARENDDT, 2016, p. 60)

Em outro texto, “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão” (1954), ela escreve que muitos duvidam que essa falência seja real e acreditam que seu dever é restaurar a ordem antiga, sendo essas pessoas extremamente sujeitas à manipulação por promessas de volta de uma ordem que, como um cristal, não pode ser restaurado. O grande problema é que esses “critérios” podem também ser manipulados ideologicamente de modo a servir a uma ideologia (totalitária ou não), para a doutrinação.

No entanto, para ela, essa perda de critérios estáveis só é uma catástrofe do mundo moral quando se supõe que os homens não estejam em condições de julgar a coisa em si, que sua capacidade de discernimento não basta para um julgar original. Para Arendt, a solução desse impasse, a única forma de se lidar com um sistema de valores instável no qual não se pode confiar para a tomada das decisões, está no exercício das faculdades de pensar e julgar.

No lugar de um sistema de valores teria lugar uma ética originária, ou seja, aquela que pensa o ser humano enquanto alguém que existe. Para Heidegger (2005), somente a partir da existência e da busca pela identidade autêntica é que o homem pode decidir acerca daquelas ordens que devem se tornar lei e regra para ele. Porque somente assim essas determinações éticas terão a possibilidade de sustentarem-se e vincularem verdadeiramente. Em suas palavras: “[d]e outra maneira toda lei permanece apenas um artifício da razão humana.”

É preciso reconhecer que vivemos em uma sociedade em constante transformação, em que irrompem fatores que rapidamente tornam inadequados os modelos tradicionais, entre os quais está o conjunto de regras e valores transmitidos. Assim sendo, o referido sistema precisa permitir que incida sobre ele e em sua própria criação uma (re)interpretação constante, criativa, que atente para a temporalidade da história e para o caminho da existência humana. Se fossemos descrever o direito a partir das categorias arendtianas, diríamos que ele é algo entre a obra (que confere perenidade à ação) e a própria ação (que é espontânea e está sempre a acolher o novo). Para Michel Villey (2007):

O direito não pertence ao mundo das coisas inertes, mas sim às realidades vitais e, por consequência, não existe sem que tenha sido primeiro vivido, na medida em que nossa ação venha levá-lo à existência. O direito não é um puro objeto do conhecimento, mas paralelamente, é o produto de nossa atividade.



Orientada por essa ideia de um julgar originário, sem corrimões, Hannah Arendt sente a necessidade de desenvolver uma outra faculdade para além do pensar. Para ela, o pensar, enquanto diálogo do eu comigo mesmo, conduz no limite a um critério de qualidade pessoal, para não dizer subjetiva, na busca da distinção entre o *bem* e o *mal* e, além disso, dele apenas podemos extrair recomendações negativas, ou seja, que impõe limite a nossas ações e nunca positivas. Esta outra faculdade, é a faculdade de julgar, que parte não apenas do eu, mas de uma perspectiva geral, abarcando a representação de uma pluralidade. A faculdade de julgar seria uma forma de construir uma ponte entre o eu, centro da filosofia moral tradicional, e o mundo.

Voltando-nos agora mais estritamente ao julgamento jurídico, vamos expor algumas articulações entre este julgamento, a faculdade de julgar e a literatura.

Uma das respostas fornecidas pela própria Hannah Arendt a respeito da possibilidade de repetição dos crimes totalitários foi que a chave para a prevenção dessa reedição seria a compreensão dos fatos envolvendo o massacre administrativo. Para a autora, curiosamente, a mesma faculdade que nos permitiria distinguir o certo do errado, também seria a responsável pela compreensão do passado, a faculdade de julgar:

Abordando a questão do julgamento, Arendt estava interessada principalmente nas relações entre o pensar e o julgar como faculdades morais. Ela estava preocupada com o julgamento como uma faculdade de “distinguir o certo do errado”. Em segundo lugar [...] Arendt também estava focada no julgamento enquanto uma faculdade retrospectiva que permite encontrar o sentido do passado, como uma faculdade essencial à arte de contar histórias (à narrativa) (BENHABIB, 2003, p. 174)

Seyla Benhabib (2003, p. 194), uma das mais importantes intérpretes de Arendt, expressa uma preocupação em relação ao pensamento da autora no que diz respeito ao seu conteúdo normativo, ou falta dele. Ela afirma que o diagnóstico de Arendt acerca da ruptura com a tradição, e seu ceticismo de que princípios morais possam limitar e controlar a ação política após o advento do totalitarismo, direcionando-os para um sentido compatível com os direitos humanos e a dignidade, acarreta uma lacuna normativa em seu pensamento. Margaret Canovan, por seu turno, escreve que a resposta de Arendt para essa incerteza moral é que a “a nova fundação para a comunidade humana” estaria em uma espécie de “existencialismo político”, que teria seu reflexo no direito a partir de uma existencialismo jurídico, considerando que o direito retome seu lugar de ação para além de mera reprodução.

Esse existencialismo jurídico exige “a renovação do formalismo jurídico”, conforme apontado por Delmas-Marty, sem esquecer limites que não devem ser ultrapassados em nome de valores comuns. Essa reinvenção formal é condizente com a afirmação de Assy e Hoffmann (2012) de que o direito e a reparação implicam necessariamente o vínculo com outra dimensão da justiça, que extrapole o âmbito estritamente judicial em sua efetividade e decidibilidade estritas.

Desse modo, o julgamento jurídico enquanto faculdade de julgar, que acolha em si uma dimensão de justiça compreensiva e política, aberta também a uma ética originária,



deve estar aberto ao sentido dos acontecimentos que diante dele se apresentam, para além da verdade. E o sentido é revelado por uma dimensão narrativa e alegórica do direito. Hannah Arendt coloca, em *Homens em Tempos Sombrios*, que a narrativa revela o sentido sem cometer o erro de defini-lo. E para Aristóteles, a poética é justamente a representação das ações humanas pela linguagem, a organização narrativa dos fatos em uma estória: a poética seria na realidade uma narratologia. E nesse sentido, os tribunais precisariam estar prontos a acolher uma certa poética.

No entanto, é preciso reconhecer alguns pressupostos do qual parte essa poética: em primeiro lugar, a forma é fundamental. E nesse sentido, essa narrativa será mais rica na medida em que se permita que explore suas próprias formas. É preciso reconhecer os limites estruturais e linguísticos ainda existentes no Tribunal, uma vez que ao se deparar com processos que são inacessíveis em um primeiro momento à consciência, “o que precisa ser ouvido na corte é precisamente o que não pode ser articulado na linguagem jurídica” (FELMAN, 2014, p. 24).

Shoshana Felman aponta que, no caso do julgamento de Eichmann por exemplo, o direito “se vê invocado a responder a reivindicações que vão muito além das simples necessidades da consciência e da cognição em decidir acerca da culpa ou inocência de Eichmann”. Outro exemplo citado pela autora é o caso de O. J. Simpson, em que o sistema jurídico, inicialmente convocado para decidir um caso pessoas de assassinato, teve de julgar algo a mais: de um lado, o caso levado juízo revelou-se como exemplar do trauma de mulheres violentadas, e de outro lado, o caso que se impôs foi o de um outro trauma: o de ser negro na América.

Além disso, se partirmos do pressuposto que o realismo não é, como às vezes podemos supor, uma tentativa de adequação da narrativa aos fatos, mas apenas uma forma que produz de maneira eficiente o “efeito do real”, como aponta tão sabiamente Roland Barthes, chegaremos à conclusão de que as narrativas mais críveis, mais convincentes enquanto um retrato da realidade, não passam daquelas cuja forma produz esse efeito de maneira mais eficiente. Mas cuja verdade factual que se pode extrair não é mais ou menos verdadeira do que aquela da narrativa que possui uma forma menos realista.

Começamos a perceber que essa linha de raciocínio começa a colocar o direito face a suas fronteiras, à sua fronteira com o literário. Rancière (2017), em seu livro *As fronteiras da ficção*, trata de uma racionalidade ficcional, que é confessada na literatura, mas inconfessa na política, nas ciências sociais, no jornalismo e, porque não, no direito. Essa racionalidade ficcional se nutre de nada menos do que do verossímil, que nutre o *sensus communis* que é a base da mentalidade alargada, da faculdade de julgar e da compreensão.

Rancière explica que todos esses saberes seguem a lógica do verossímil, na medida em que constroem por meio da linguagem formas perceptíveis e pensáveis de um mundo comum, no entanto, essas formas são reputadas como atributos da realidade nas ficções das ciências sociais, e, nas modalidades da ficção confessa, como a literatura, enquanto efeitos ou reflexos deformados dessa realidade.



Não são muitos os teóricos do direito que admitem que os critérios da verdade jurídica aproximam-se mais do verossímil do que do verdadeiro propriamente dito, como o faz por exemplo Chaïm Perelman ou mesmo Gadamer, e frequentemente aproximam o discurso jurídico da retórica e não da poética. No entanto, antes de ser retórica, o direito foi poética.

Como dissemos, o reconhecimento do verossímil como critério de verdade jurídica, coloca em crise o direito e sua decidibilidade. É preciso, porém, que pensemos de que direito partimos. No livro *De Constantia Jurisprudensis*, de Giambattista Vico (2019), cujo título traduzido para o francês é “Origem da poesia e do direito”, o autor aponta uma fase alegórica do direito, pré-normativa. Na qual o direito constitui nada menos do que uma série de exemplos, e tira sua força da validade exemplar dos heróis e personagens das alegorias, no lugar das leis.

Ora, coincidentemente, o juízo Arendt, para que adquira uma dimensão geral, também vai em busca de uma validade exemplar. O exemplo é o que serviria de apoio ao senso comum, como orientação de todo pensamento moral. Em exemplos de condutas ou biográficos de personagens históricos ou fictícios, do presente ou do passado, nos basearíamos para julgar as condutas.

A validade exemplar, portanto, revela uma dimensão geral que de outra forma não poderia ser capturada, nos obrigando a sair de uma visão meramente subjetiva. Essa validade exemplar não se restringe a indivíduos que são paradigmas de certas virtudes, mas se estende também a eventos e personagens que carregam um significado que extrapola o mero acontecimento. Em última análise, a decidibilidade seria garantida por uma escolha de nossos exemplos, ou seja, da companhia que queremos. No entanto, esses exemplos não são necessariamente personagens planos, mas carregam uma complexidade ética que revela o quanto categorias como inocente ou culpado são limitadoras e muitas vezes violentas.

O fato é que o encontro do direito e da literatura em suas fronteiras impacta a estrutura do direito de forma imprevisível, reformulando os procedimentos e conferindo ao julgamento uma nova dimensão jurisprudencial. Vico observa o direito não como resolução das antinomias, mas como o lócus privilegiado de expressão das aporias do homem social e ético. O direito é outra coisa que não a aplicação imediata das leis, sendo que estas decorrem do justo e não o contrário: é o julgar originário que precede as regras e serve à sua correção, e que deve atualizar e ressignificar o direito posto.

3. Aspectos criativos: com a palavra, o Outro

O curso completou-se com a elaboração de textos ficcionais, a partir de casos reais de violação de Direitos Humanos. Escolhidos por conta de seu deslocamento físico ou cronológico, os casos versam sobre violações que ocorreram no passado ou em lugares distantes da capital paulista para forçar o deslocamento pretendido na metodologia. Sorteados entre participantes do curso e entregues por meio de notícias de jornais, os



casos tratavam desde violações graves de tortura e maus tratos de crianças, como no caso do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil em Belo Horizonte entre 1947 e 1979; até o atual conflito no Sudão do Sul entre os grupos étnicos dinka e nuer; passando pela *Épuration légale* (“purga legal”), a execração pública de mulheres que teriam se envolvido com alemães e outros combatentes do Eixo na França pós-Segunda Guerra Mundial, que envolveu humilhações e tonsura, o corte de cabelos em público. A turma foi convidada a fazer pesquisas individuais e dialogar em grupos a respeito dos casos.

Com esses exercícios práticos, com momentos para rascunhos, conversas e troca de experiências, frisou-se a importância (a) da etapa de rascunhar a respeito das próprias experiências e sobre estruturar as tensões e ideias possíveis da narrativa, (b) da etapa de pesquisa e troca de conhecimento entre pares, (c) além da própria etapa redação do texto, com leituras e entregas finais. Apesar da escrita ser encarada com uma atividade solitária, muitas etapas substanciais do texto são feitas em contato direto com outras pessoas, exercitando a faculdade de escuta e aguçando a curiosidade. Escrever é interessar-se profundamente em outras pessoas, em seus dramas e suas histórias. É o fazer de uma história comum em uma história única, algo bastante familiar ao ofício da Defensoria.

Alguns dos textos produzidos em nossa jornada podem ser lidos nesta reunião, uma mostra de literaturas aguerridas, competentes e apaixonadas, uma comemoração do mais profundo espírito humano.

* Laura Mascaro é Mestre pelo departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (USP) e Doutora em Literatura Francesa (USP) com período sanduíche na Université Paris III – Sorbonne Nouvelle. Sua tese de doutorado “Memória e Verdade em *La Douleur de Marguerite Duras*” foi indicada para os prêmios Tese Destaque USP – 2018 e CAPES Tese – 2018. Em 2023, publicou o livro “Direitos Humanos e Literatura” (Editora ComArte - ECA-USP).

Este artigo contou com os olhares e sugestões de Ana Rüsche, co-ministrante do curso, doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela USP, pós-doutoranda em Teoria Literária e Comparada pela USP.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARENDT, H. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia de Bolso, [S. d.]. Disponível em < <https://lelivros.love/book/baixar-livro-homens-em-tempos-sombrios-hannah-arendt-em-pdf-epub-e-mobi/> > Data de acesso: 21. dez. 2020.

ARENDT, H. A tradição e a época moderna. In. _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. pp. 43-68,



ASSY, B.; HOFFMANN, F. The faithfulness to the real: The heritage of the losers of history, narrative, memory and justice. In: ASSY, B. et al (Coord.). **Direitos Humanos: Justiça, verdade e memória.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012. p. 9-29.

BARTHES, R. O efeito de real. In.: _____. **O rumor da língua.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. pp. 181-190.

BENHABIB, S. **The Reluctant Modernism of Hannah Arendt.** New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

BENJAMIN, W. Crítica da Violência - Crítica do Poder. In.: _____. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie.** São Paulo: Editora Cultrix, 1986. pp. 160-175.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In.: _____. **Vários Escritos.** São Paulo: Duas Cidades, 2004. pp. 169-191

DERRIDA, J. **Força de Lei.** São Paulo: Editora WMF Martis Fontes, 2018.

DERRIDA, J. **Littérature et vérité: La mimesis (4).** 1968-1969. Fac-símile de manuscrito. (Fond Jacques Derrida, DRR 171). Disponível em IMEC, Caen, Fran

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã: diálogo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FELMAN, S. **O inconsciente jurídico: Julgamentos e Traumas no século XX.** São Paulo: EDIPRO, 2014.

HEIDEGGER, M. **Carta sobre o humanismo.** São Paulo: Centauro, 2005.

KERTZER, J. **Poetic Justice and Legal Fictions.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

OST, F. Droit et littérature : variété d’un champ, fécondité d’une approche. *Revue juridique Thémis*, pp. 49-1 (2015-11-25).

RANCIÈRE, J. **Les bords de la fiction.** Paris: Éditions du Seuil, 2017.

VICO, G. **Origine de la poésie et du droit: de constantia jurisprudentis.** Paris: Éditions Allia, 2019.

VILLEY, M. **O direito e os direitos humanos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.



Notícia 01

Especial Quilombolas

Acuados

Prisões em série, perseguição e conflitos acossam os quilombolas no norte do Espírito Santo. Nossa reportagem percorreu mais de mil quilômetros para conhecer um cenário onde a violência vem junto com o deserto de eucaliptos

FONTE: PUBLICA AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO

5 de outubro de 2015

Lúisa Torre, Renan Antunes de Oliveira

No Sapê do Norte, uma região tomada por plantações de eucalipto no extremo norte do Espírito Santo, 32 comunidades quilombolas vivem sob forte clima de tensão. Nos últimos sete anos, dezenas de descendentes de escravizados africanos foram parar na cadeia sob a acusação de formação de quadrilha ou furto de madeira.

O episódio mais emblemático ocorreu em novembro de 2009: foram presas pela Polícia Militar 39 pessoas na comunidade São Domingos, uma das maiores da região, onde vivem 150 famílias, entre elas mulheres e idosos, e até um morador cego.

A maior parte das prisões ocorre em uma área administrada pela empresa Fibria, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus – mas que é reivindicada pelas comunidades como seu território ancestral. Ao todo, mais de 100 mil hectares de eucalipto deixam as residências “ilhadas” em meio ao que os quilombolas chamam de “deserto verde”, por causa da seca causada pela monocultura.

O começo

A monocultura do eucalipto começou a avançar sobre o território do Sapê ainda na década de 1960, com o apoio do regime militar. A implantação do monocultivo inicialmente foi considerada uma política de Estado, servindo para a produção de madeira e carvão e, posteriormente, à celulose e ao papel.

Domingo Firmiano dos Santos, o Chapoca, uma liderança quilombola de 56 anos, afirma que antes de o eucalipto chegar as comunidades plantavam, colhiam e produziam farinha e outros alimentos em conjunto. “As terras não tinham divisão certa nem eram marcadas por cercas. As comunidades eram acostumadas a se unir para fazer tudo. A ausência dos títulos e essa forma de organização facilitaram a grilagem. Quem não vendia seu pedaço de terra a preço de banana era

pressionado, ameaçado, sendo forçado a deixar o território.”

Depois de um longo processo de reivindicação e protestos, diversas comunidades quilombolas deram entrada em pedidos de demarcação de suas terras a partir de 2005, com base no direito garantido pela Constituição. Hoje, no estado, apenas três têm as terras reconhecidas: duas no sul capixaba (Retiro, em Santa Leopoldina, e São Pedro, em Ibirapu) e uma na região de Sapê do Norte, chamada São Cristóvão. Nenhuma tem posse definitiva.

Sem lugar para plantar e com o eucalipto invadindo o quintal das casas, as 32 comunidades quilombolas do Sapê usam o corte de madeira e sua transformação em carvão como forma de resistência e retomada do território. A Justiça e a Fibria, entretanto, entendem essas ações como roubo e formação de quadrilha.

Geralmente os cortes são feitos em mutirão. Depois de retirarem a madeira e vendê-la, os quilombolas costumam plantar alimentos sobre a faixa de terra e declará-la como “retomada”. Em algumas plantações mais densas, onde isso é impossível, os quilombolas cortam árvores para conseguir uma forma de subsistência em meio ao mar de eucaliptos. “Não tem serviço nenhum aqui. Renda ninguém tem. O jeito é fazer o mutirão e cortar para sobreviver. Mas isso não é roubar. Nenhum quilombola se sente ladrão. Estamos numa terra que foi tomada da gente, que pertence ao nosso povo, mas foi tomada por meio de enganação e da força”, argumenta Creusa Mota, 61, liderança da comunidade Roda d’Água.

Dessa forma, os quilombolas travam uma verdadeira guerra com fazendeiros e com a Fibria, que alega prejuízos milionários pelo que considera um grande esquema de furto nas suas terras.

A reação, muitas vezes, é desproporcional. Em 2013, duas ações do Ministério Público Federal (MPF) levou a Justiça a reconhecer que a operação policial realizada em 2009 foi ilegal, sem mandato judicial para as prisões ou flagrante, e o estado do Espírito Santo foi condenado a pagar R\$ 100 mil em danos morais coletivos para a comunidade São Domingos. Cada morador preso também teria direito a R\$ 10 mil de indenização, mas o estado recorreu. Desde 2013, essas



duas ações estão paradas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Depois de três anos, finalmente, as ações devem ser julgadas no próximo dia 5 de outubro.

Em uma das ações, o MPF descreve que “a violência causada pela ação policial despropositada remete os membros da comunidade a uma situação de medo, de lembranças de acontecimentos ruins do passado, quando, privados dos legítimos direitos sobre a terra ocupada, viviam perseguidos, humilhados e com constante sensação de impotência”.

Nem todas as famílias resistem ao clima de tensão e medo. Ao longo dos anos, os moradores acabam deixando o Sapê para morar na periferia de cidades. Das 10 mil famílias que ali viviam na década de 1960, apenas 1.200 permanecem no local.

A reportagem da **Pública** fez duas viagens ao Sapê do Norte. Percorremos mais de mil quilômetros e encontramos um cenário onde a violência não poupa idosos, homens, mulheres ou crianças. Entramos num universo que também é composto de disputa por água, perseguição a lideranças comunitárias, trabalho insalubre em carvoarias clandestinas e danos à saúde de trabalhadores e crianças pelo uso indiscriminado de agrotóxico na monocultura. Ouvimos o que dizem os quilombolas e o que diz a empresa que é mais citada por eles, a Fibria, ex Aracruz Celulose. Acompanhe essa jornada.

Presos num mar de eucalipto

É começo de tarde em São Domingos, uma das comunidades mais populosas do Sapê, localizada às margens da BR-101, que liga o Espírito Santo ao Extremo Sul da Bahia. É também aqui que a articulação em defesa da demarcação das terras ocupadas por descendentes de quilombolas é mais forte. As prisões, por consequência, são mais frequentes.

Por ser sábado, boa parte dos moradores se encontra no campo de futebol, assistindo ao jogo do time local. A movimentação de famílias é intensa: numa mesma área estão localizados o campo de futebol, a igreja e o bar. Próximo dali, a não mais de 300 metros, Ledriando Manoel Maria, de 63 anos, e seu filho conseguem escutar apenas ao apito do juiz. Eles gostam de futebol, mas estão impedidos de sair de casa pois há quase dois anos cumprem prisão domiciliar nos fins de semana como pena por furto de eucalipto.

Ledriando alega que o produto de furto não passava de algumas pontas de galhos, o chamado facho, que viraria lenha no forno para fazer beiju de coco – um doce típico. “Nunca roubei nada de ninguém. Somos

agricultores, não ladrões. Depois que a firma chegou, plantando eucalipto, as comunidades passaram a ter que se contentar com os restos. Restos de madeira, restos de água, restos de terra. Como se não bastasse, ainda são presas por tentar sobreviver”, desabafa.

Em São Domingos, metade das 150 famílias têm algum membro que responde a processo ou já foi preso acusado de crimes ligados à madeira, segundo a associação de moradores. As histórias de perseguição policial, violência e medo se repetem.

“Aqui quem ainda não foi processado é só algumas mulheres ou as crianças que nasceram agora. Os mais novos todos já foram enquadrados como bandidos”, diz o morador Claudenir da Conceição, de 27 anos.

A mãe dele, Benedita da Conceição, de 61 anos, também já foi intimada várias vezes por suspeita de derrubar mata nativa para fazer carvão. Percorrendo a região onde a família mora, entretanto, a reportagem da **Pública** constata que as únicas árvores que existem nas redondezas são de eucalipto.

“Quem derrubou as matas nativas aqui foi a Aracruz Celulose. Nessa época (2012) intimaram quase todas as famílias da comunidade. O juiz quis colocar multa de três parcelas de R\$ 203 para eu e minha irmã pagarmos. Eu falei com ele: ‘Pagar com quê, se eu não tenho condições? Não adianta colocar essa conta para cima de mim que eu não vou pagar’, argumenta.

O conflito no Sapê envolve, de um lado, os descendentes de africanos que fugiram para a região durante a escravidão e de outro a empresa empresa Fibria, líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Formada a partir da fusão da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel, a empresa exporta celulose para mais de 40 países.

Repetidamente, os quilombolas contam à reportagem que os restos de eucalipto são a única forma de sobrevivência que lhes sobrou. Eles as queimam para fabricar carvão e vender a atravessadores que levam as cargas para o norte do Rio de Janeiro e Extremo Sul da Bahia.

A agente comunitária de saúde Eni Alacrino Maria lamenta que, devido às prisões frequentes, os quilombolas são vistos pela sociedade como criminosos. “Vira e mexe tem oficial de Justiça na porta da casa dos moradores levando intimação para assinar. Chegando no Fórum o problema é só esse, acusação de que somos bandidos formadores de quadrilha. O que eu sinto é que querem sempre ver a gente manchado na mídia, para que não tenhamos direito a nada, nem



ao nosso território, e para que o governo federal ache que estamos errados e não tome conta da nossa causa”, desabafa a esposa de Ledriando.

No caso do seu marido, o suposto furto aconteceu em 2005, mas a decisão judicial só saiu no início de 2014, depois de quase 10 anos. Durante a semana, os dois podem sair para trabalhar. No sábado e no domingo, só podem deixar a casa com a bíblia debaixo do braço, para mostrar que estão indo a igreja. O quilombola lembra que foi abordado pelos policiais logo depois de um vigilante da Fibria avisar que os tinha chamado. “Vigilantes e a polícia trabalham em parceria para prender quilombolas. Quando é a comunidade que aciona as viaturas, ninguém aparece para dar assistência. Aí eu pergunto, a polícia é para defender empresa ou as pessoas?”, questiona.

Além da condenação de dois anos de meio em prisão domiciliar, pai e filho tiveram que pagar três cestas básicas. Sem dinheiro, nem sequer conseguiram recorrer. “Ainda tem uma multa de R\$ 800, mas não paguei porque não temos esse recurso”, explica Ledriando.

[...]

Polícia X Quilombolas

Nos últimos 5 anos, mais de 300 pessoas foram indiciadas na região por furto de madeira, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Espírito Santo. Toda vez que há decisão da Justiça para prender quilombolas, as polícias militar e civil montam operações descritas como “de guerra” pelos moradores, com armamento pesado e cães farejadores. Não raro, são usados helicópteros, como na operação realizada em 12 de agosto do ano passado, que dão voos rasantes sobre as casas simples dos quilombolas. De acordo com relato dos moradores, para prender quatro afrodescendentes o Estado colocou em ação cerca de 30 policiais do Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e a Corrupção (Nuroc) do Espírito Santo, que vasculharam diversas casas dos moradores de São Domingos. Parte do efetivo usava capuz, e os quilombolas presos foram transportados em um comboio de oito viaturas.

No ano de 2003, após imensa reivindicação dos quilombolas, a Fibria – quando ainda era Aracruz Celulose – chegou a firmar um contrato que liberava as famílias para catar o chamado facho (pontas de galho de eucalipto com menos de 3 centímetros de diâmetro). Porém, depois de cerca de seis anos, a empresa de celulose voltou a proibir a coleta pelo efeito nefasto da intensificação do trabalho precário nas carvoarias. “No início a Fibria deixava a gente catar

as pontas de galho como meio de sobrevivência, até que fosse feita a regularização. Depois que proibiu, e os galhos passaram a dar cadeia”, diz Ledriano.

Em todo o Sapê, há registros de conflito – apesar de algumas famílias terem uma relação mais amistosa com a Fibria, que também emprega trabalhadores locais. Os quilombolas alegam que a perseguição se intensificou depois que diversas comunidades deram entrada no processo de reconhecimento da terra junto ao Incra. “Quando a comunidade precisa de alguma ajuda, a polícia não vem. Só aparece quando a vigilância das empresas chama”, reclama Eni Alacrino.

A maior parte do carvão sai das comunidades quilombolas por meio de atravessadores clandestinos, segundo disse o secretário de segurança do Espírito Santo, André Garcia, [em uma entrevista ao Gazeta Online](#). À reportagem da [Pública](#), a PM não se manifestou e nem confirmou os números.

Caçadas na madrugada

Seguimos por 30 quilômetros em uma estrada de terra que vai dar em uma comunidade quilombola isolada pelo eucalipto, chamada Roda D’Água. É fácil se perder no caminho, pois são poucas as referências, como pontes, árvores nativas ou porteiras. Tudo é planície e eucalipto.

Os moradores denunciam que, apesar do difícil acesso, o camburão da polícia costuma “caçar” quilombolas nos eucaliptais durante a madrugada.

A última perseguição acontecera uma semana antes da reportagem da Pública chegar ali, em junho. Os moradores ainda estavam tão assustados que nem acreditaram que se tratava de uma equipe de jornalistas. Pensaram que éramos policiais disfarçados.

Morador local, Valdecir dos Santos Alves já perdeu as contas de quantas vezes precisou escapar da polícia. Em duas ações, chegou a ser preso. “Era para a empresa plantar eucalipto a 300 metros da comunidade, mas eles não respeitam. Se deixar, plantam eucalipto até dentro da nossa casa. Aí a gente vai cortar e acaba sendo preso. Por isso nossa estratégia é correr, fugir e depois voltar”.

A líder da comunidade, Creusa Mota, de 61 anos, explica que os “ataques” têm sido frequentes. “Tem sempre dois camburões da polícia rondando nossas casas junto com os seguranças da Fibria. Geralmente vêm à noite ou de madrugada e fazem a emboscada. Depois que prendem um ou dois quilombolas, vão nas rádios da cidade e dizem que prenderam meliantes,



que somos quadrilha que rouba madeira”, lamenta ela, durante a entrevista. Chora sem parar.

A operação que mais assustou os moradores foi em 14 de novembro de 2007, quando policiais entraram nos limites territoriais da comunidade, “em abordagem não muito explicada, efetuaram disparos de arma de fogo em momento em que havia intenso movimento de crianças, pelo fato de haver no local uma escola comunitária, o que gerou a instauração de um procedimento administrativo”, segundo o MPF. O processo foi arquivado por falta de provas para a responsabilização individual dos policiais envolvidos.

Na visão de Creusa, não existe outra alternativa para as famílias, hoje, que não seja o corte de madeira. “Não tem serviço nenhum aqui. Renda ninguém tem. Com três, quatro filhos para sustentar, o que fazer? O jeito é fazer o mutirão e cortar para sobreviver. Mas não é roubar. Estamos numa terra que foi tomada, que pertence ao nosso povo”.

[...]

Veneno, carvão e seca

A realidade dos quilombolas que decidiram ficar e lutar

Tatiana Cardoso Nascimento tinha 20 anos quando morreu, depois de passar dois meses internada em um hospital. Era uma tarde de meio de semana, quando, depois de passar numa região onde tinham aplicado veneno nas plantações de eucalipto, ela chegou em casa passando muito mal, vomitando e com dor de cabeça. Vivia na comunidade de Manoel Cardoso, também na mesma região do Norte do Estado.

A intoxicação foi tão forte que a quilombola passou uma semana tremendo sem parar. “Depois ela não podia sentir o cheiro do agrotóxico que ficava muito ruinzinha. Em pouco tempo foi perdendo a visão. Certo dia, levamos ela para o hospital porque a saúde piorou, e de lá para o cemitério”, conta a mãe, Luzia Gonçalves Cardoso, de 56 anos, que hoje cuida da neta, Ritiele Brandino, de 5, que na época da tragédia era recém-nascida.

Trata-se de um problema constante mencionado pelos moradores do Sapê: o excesso de agrotóxico utilizado nas plantações de cana e eucalipto, que prejudica a saúde da população por meio da água e do ar. Alguns casos de morte já foram denunciados pelas lideranças quilombolas, mas há pouco esforço das autoridades para tomar providências. Casos de cegueira também são comuns, segundo relatos ouvidos pela reportagem da **Pública**, e câncer também é registrado em quase todas as famílias.

No Córrego do Sapato, uma comunidade de 200 habitantes, o descarte de agrotóxico numa represa que abastecia a comunidade deixou várias famílias intoxicadas em 2013. “Ficamos dez dias com dor de barriga e dor de cabeça, vomitando até sangue. Só não passou mal quem não bebeu da água”, lembra o quilombola Claudenir Silva, de 39 anos.

Jovens e crianças também são vítimas. Em São Jorge, três irmãos morreram de uma só vez, em 2003, depois de terem comido frutas contaminadas com agrotóxico usado na monocultura: Wendson Valentim, de 13 anos, Jery Valentim, de 18, e Wando Valentim, também de 13. “Apesar dos diversos protestos feitos pelas famílias, a Justiça não tomou qualquer providência até hoje”, reclama José Carlos Valentim, de 57 anos, líder quilombola e tio das vítimas.

A Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima que, das 12 mil famílias que habitavam o Sapê, apenas 1.200 resistiram aos conflitos por água e terra, às doenças e à pressão policial. Nada menos de 90% da população migrou para as periferias urbanas do norte do Espírito Santo e mesmo para a região metropolitana de Vitória. “O número que a gente chegou é que de cada dez quilombolas, nove foram expulsos para as periferias. A vida comunitária, as tradições, o plantio de alimentação, tudo isso está sendo perdido. Eles vivem sob agressões da polícia, dos vigilantes da Fibria, e sem direito ao acesso à água”, aponta Beto Loureiro, um dos técnicos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), organização não governamental que atua na área socioambiental. A reportagem da **Pública** detectou três ameaças constantes à sobrevivência das comunidades tradicionais no Sapê. Em resumo, veneno, carvão e seca.

A guerra pela água

Boa parte sai à procura do líquido em lombo de burros ou precisa recorrer a caminhões-pipa, como nas comunidades quilombolas dos córregos do Sapato e do Angelim. De córrego mesmo ficou só o nome das comunidades, pois o curso de água secou há mais de uma década, depois que barragens foram construídas para irrigar a monocultura de eucalipto. Nas duas viagens feitas ao Sapê do Norte, nossa equipe passou sete dias circulando em meio às imensas florestas de eucalipto da Fibria. Nessa mancha de eucalipto, ou “deserto verde”, são poucas as famílias que têm água potável em casa.

“A monocultura rapidamente se espalhou por todas as comunidades, deixando o povo isolado no meio desse deserto verde. Desde então tudo o que era nativo sumiu. Até as estradas mudam sempre de lugar, para



atender aos interesses da empresa. O morador passa num caminho hoje e, amanhã, já plantaram eucalipto em cima. Até os mais antigos ficam perdidos no meio da plantação”, explica Renan de Oliveira, de 72 anos.

Outro córrego que ficou só no nome é o Teco-Teco. “Hoje pode dormir no meio do leito que não tem problema. Desde que intensificaram o uso de água no eucalipto, a água secou. Isso faz mais de 15 anos. Para fazer farinha é uma dificuldade, tem que contar com a chuva para a mandioca nascer e crescer”, lamenta Renan.

Segundo a Fase, só no norte do Espírito Santo mais de 130 córregos já secaram depois que o eucalipto foi introduzido na região. Atualmente, a monocultura ocupa cerca de 85% das terras de São Mateus e Conceição da Barra, municípios onde está localizado o Sapê do Norte.

“Nos anos 1950, havia uma enorme quantidade de lagoas e córregos na região. Havia locais com 3 metros de profundidade de água, e agora acabou tudo. Se você andar no meio do eucalipto, é possível ver baixadas onde havia lagoas e os veios secos dos rios. Está lá, visualmente. Se só a plantação de eucalipto já exercia pressão sobre o sistema de água e essa conta caía sobre as comunidades quilombolas, de uns dois anos para cá, as empresas começaram a sugar, com caminhões-bomba, águas dos córregos para molhar os plantios. Isso foi alvo de denúncia ao MPF e houve até audiência no Conselho Estadual de Meio Ambiente”, ressalta Beto Loureiro. Até o momento, entretanto, a Fase ressalta que nenhuma providência foi tomada.

Trabalho precário nas carvoarias

É difícil encontrar uma casa no Sapê do Norte que não tenha um forno de carvão no quintal. É a única fonte de renda de boa parte das famílias. O trabalho é precário, insalubre, envolve mulheres e crianças numa tentativa desesperada de sobrevivência.

Os acidentes são diários. Nos dias em que a reportagem passou nos quilombos, foram relatados vários casos de queimadura e intoxicação e incidentes por jornadas exaustivas nos fornos de carvão.

Moradora da comunidade São Domingos, dona Benedita da Conceição falou com a nossa reportagem com o pé enfaixado, pois tinha acabado de se queimar ao manejar o carvão dentro de um forno. “Isso aqui não é nada não, meu filho”, minimizou a sorridente quilombola de 61 anos.

Na maioria das casas, o papel de cozinhar a madeira até virar carvão costuma ficar com as mulheres,

enquanto os homens se viram em busca de lenha. As prisões, no entanto, também atingem quem atua nessa parte da cadeia de produção. Até quem não produz carvão não escapa das batidas da polícia. “Vieram bater aqui na minha casa, trazer uma intimação e dizer que eu estava cortando eucalipto para fazer carvão. Mas eu não consigo nem segurar uma motosserra. Como vou roubar madeira? Nós somos quilombolas, não somos criminosos”, questiona Dolores Maria da Conceição, de 62 anos, que vive na comunidade.

Na casa dela moram seis pessoas, mas nenhuma trabalha com carteira assinada. Dolores não chegou a terminar nem o primário, assim como a maioria das vizinhas, devido a dificuldades como a longa distância até a escola. “Somos quilombolas, temos nossos costumes e tradições passadas por nossos ancestrais, mas estamos tendo que abrir mão de tudo e fazer carvão porque perdemos nossos direitos”, lamenta.

Quando as mulheres eram abordadas pela reportagem da **Pública**, era difícil encontrar uma mulher quilombola que não quisesse dar entrevista. Era a oportunidade de colocar para fora o sentimento de revolta que estava guardado. “Já enfrentei muita polícia aqui, meu filho. Enfrentei e enfrento de novo se for preciso, não corro não. Depois que o eucalipto chegou, a violência não para contra os quilombolas”, diz Benedita. Quando não é o carvão que dá o sustento, é alguma planta que precisa de pouca água, como o urucum. “As nascentes foram todas cercadas para molhar eucalipto. Secou tudo. A gente planta milho, feijão, mandioca, mas não dá nada. Morrem até os animais. A única coisa que sobrou para a comunidade é o carvão, mas estão nos tirando isso também. Querem que a gente morra de fome?”, questiona Conceição.

Chama atenção o fato de boa parte das lideranças quilombolas serem mulheres, algo incomum nas regiões rurais do estado. “Aqui as mulheres aprendem desde cedo a assumirem a luta. Não queremos que nossos filhos passem a vida toda cercados de eucalipto”, afirma a líder comunitária do Córrego do Sapato, Maria Teodora Farias, a Bibica, de 43 anos.

Até meados dos anos 1960, as posses de cada família e o território da comunidade nunca foram formalmente repartidas nem mercantilizadas. Por isso também, não eram regularizados, do ponto de vista da lei. “A gente é resistente igual dendê. Pode jogar veneno em cima. Ele seca, fica doente, mas não morre”, diz Altiane Brandino.

[...]



39 Vidas e Um só Destino

Erica de Souza

Agente de Defensoria – Pedagoga

esouza@defensoria.sp.def.br

Depois de pouco mais de uma hora de viagem, saindo da cidade, passamos pelos povoados de Santa Terezinha e pelo trevo de Conceição da Barra. Ali, às margens da BR 101, um imenso verde. À direita da rodovia, a plantação de cana-de-açúcar ainda crescendo para servir de combustível aos caminhões que levam madeira para baixo e acima da nossa pequena comunidade; à esquerda, uma pequena reserva de floresta, insistindo em resistir, leve esperança de que é possível ser algo além de monocultura.

Faltando apenas cerca de 3 minutos para chegar à comunidade de São Domingos, o ônibus parou em um serviço de atendimento ao usuário. Enquanto esperava, vi passar quatro caminhões carregados de toras de eucaliptos, quase em sequência, trazendo-me à realidade, lembrando-me por que eu estava naquele ônibus. Percebi que minhas mãos tremiam um pouco, tinha náuseas e minha boca estava seca. Por alguns segundos, pensei se estava fazendo a coisa certa em retornar ou se melhor mesmo seria permanecer naquela estrada e deixar que ela me levasse para algum lugar em que eu pudesse, talvez, esquecer das situações que vivi na região do Sapê do Norte. Porém, não há como deixar para trás a minha história e a de meus ancestrais. Seguimos viagem e, logo em seguida, o ônibus parava à beira da estrada, em frente à pequena igreja de São Domingos.

O primeiro rosto conhecido que encontrei foi o de dona Eunice, esposa de seu Benedito, que faleceu há 3 anos sem saber se a terra finalmente lhe seria reconhecida. Ao avistar-nos, o sorriso misturou-se às lágrimas, que se transformaram em um olhar de alívio, comemorando cada pessoa que chegava em segurança, apesar das horas de martírio que haviam passado.

Não era apenas dona Eunice que acompanhava nossa chegada. Juntavam-se a ela muitas outras pessoas: mães, esposas, filhos e filhas que comemoravam o retorno das 39 pessoas presas por supostamente roubar algo de suas próprias terras.

Nem mesmo sabíamos o que havia acontecido até sermos retirados de nossas casas e levados para a delegacia de São Mateus. Ficamos detidos o dia todo, sem informações, sem sabermos do que estávamos sendo acusados e sem podermos contatar nossas famílias. Divididos em duas celas, tudo que podíamos fazer era aguardar. Um a um era chamado, levado por um policial e então voltava, minutos depois. Levaram-me também. Cheguei em uma sala



com outro policial que nada explicou, apenas me disse: ‘Fica ali e olha para a câmera. Vira de lado. Do outro’. Voltei para a cela, ao lado meus amigos, meus vizinhos, meu povo do Quilombo São Domingos.

Horas depois, o delegado chamou algumas pessoas para depor. Os que foram chamados eram justamente aqueles que estavam mais presentes na luta por nossa terra e que, durante as reuniões com o MPF e INCRA, deixavam claro que o que mais buscávamos era o reconhecimento de que aquelas terras pertenciam aos quilombolas e que, se muitos realizavam a coleta de resíduos de madeira para fabricar carvão, era porque essa era a única maneira de sobreviver, já que o cultivo de eucalipto acabou com tudo e não nos deixou alternativa. Finalmente, a informação veio por um dos nossos: fomos presos porque, segundo denúncia da Fibria, estávamos roubando madeira da empresa (que roubou nossa terra).

Aquelas horas que passei ali me deixaram paralisado. Não entendia o que estava acontecendo: eu, com apenas dezoito anos, sem comida, sem emprego, mal sabia o que era existir. A pouca idade me deixava acuado, não conseguia sentir a revolta que os anos me trariam, a revolta de viver a injustiça.

Mas de tudo que presenciei e vivi naquela cela – a violência, a coação, o medo – nada me deixou tão perplexo quanto uma cena que até hoje, quando penso, me assola: um dos presos, que não era da nossa comunidade, gritou ao policial, indignado: ‘Vocês não têm vergonha, não, de pegar um cego e trazer para cá?’. Vi então Romualdo, morador da comunidade, que era cego. Aquelas palavras fizeram minha sensação de anestesia passar, então pude ter a real ideia do que acontecia. Não éramos ninguém para a polícia. Eu pensava em minha mãe, sozinha em casa, certamente aflita e sem condições de vir até a cidade para buscar notícias minhas. E se eu não voltar? Imaginava-a sendo condenada a viver o resto da vida na frente do forno, queimando restos de eucalipto para produzir carvão, correndo o risco de ser presa também. Tudo passava pela minha cabeça, no entanto, nenhuma palavra saiu da minha boca.

Às 18 horas daquele dia, sem mais explicações, disseram que estávamos “liberados”. Porém, como iríamos voltar, se não havia mais ônibus? Caminhamos até a rodoviária e lá passamos a noite, sentados, aguardando o primeiro ônibus que nos levasse para nossas casas.

No caminho de volta, muitos conversavam sobre o ocorrido. Alguns, indignados; outros, prometendo continuar com a catação: ‘Vamos viver do que, se não for da madeira? A gente pega só o que sobra’. Eu olhei para o lado e vi Romualdo, que se juntou à conversa: ‘A questão aqui é o território. Eles tomam o que é nosso e nós é que somos presos?’. Estávamos



quase chegando ao povoado. Um dos passageiros avisou ao motorista que ia descer no ponto de atendimento ao usuário.

Na pequena igreja de São Domingos, passei por dona Eunice e por muitas pessoas que lá estavam, aflitas, aguardando seus entes queridos chegarem, dentre as 39 pessoas que foram violentamente retiradas de seus lares na manhã anterior. Foi quando pude encontrar um rosto que, instantaneamente, acalmou meu coração e pude, então, pôr para fora o choro contido por toda aquela opressão sofrida: era minha mãe.

Tudo que vivi naquele dia não foi esquecido. Infelizmente, pouca coisa mudou na comunidade São Domingos e, passados quase 15 anos, a resposta a todos que perguntam por que continuo aqui é a mesma: sou quilombola e essa é minha terra. Sair daqui significaria abandonar meu povo, minha cultura, minha ancestralidade. Não roubamos nada. Essa é nossa terra. Ainda sonho com o dia em que verei esses campos verdes, não de eucaliptos, mas de árvores e plantas que servirão de alimentos a nosso povo. Espero que nos forneçam as escrituras de nossas terras, espero que não tenhamos que lutar por nosso território e que sejamos protagonistas de uma história de superação, pois o que fazemos aqui, por enquanto, é resistir.



A espera de Michele

Yasmin Oliveira Mercadante Pestana

Defensora Pública do Estado de São Paulo

yopestana@defensoria.sp.def.br

Subo a escada bem devagarzinho, escorando minha avó. Os pés dela ainda ardem das recém queimaduras. “Não chega perto do forno de carvão”, era seu alerta diário, que não funcionou. Evito apoiar a mão direita no corrimão, ainda arde. Conforme subimos a escada, enxergo um pessoal engravatado, com ar de importância. Avó Isabel diz que hoje também temos muita importância por aqui. Iremos falar sobre nossa casa, nossa comunidade quilombola no Sapê do Norte. Eu acho estúpido vir até aqui para sermos ouvidos. Eles que tinham que ir até lá, ficar dias e dias ouvindo tudo que sofremos. Não quero aborrecer minha avó, então não contesto. Ela está segura de que a juíza irá nos ouvir falar sobre o dia que invadiram nossa casa. Eu não sei se vou saber contar.

Dentro do prédio, impera uma atmosfera uniformizada, gelada e sem vida. Tenho a mesma sensação de quando estou perdida em meio da vegetação de eucalipto que tomou conta da nossa comunidade quilombola. Deserto verde, como chamamos. Para qualquer lado que olho, só vejo filas e filas de eucalipto. Minha avó costuma contar que, antes da minha mãe nascer, existiam lagoas onde hoje é dominado pelo eucalipto. “Michele, antes da Fibria chegar, essa terra era nossa, podíamos plantar mandioca, feijão e inhame, que tudo brotava. A água ficava bem pertinho da casa da gente”. Eu fico sonhando com esse tempo. Água, agora, só com caminhão pipa. Na época em que ainda ia para escola, aproveitava para encher umas garrafas, que ajudavam na hora do jantar.

Não deu para ficar estudando, não. É duro lembrar de tudo que aconteceu, mas é difícil também esquecer que aconteceu. Eu tinha mais ou menos cinco anos e era uma quarta-feira. Lembro porque estávamos da hortinha que tinha do lado do pátio. Todas as quartas, antes de voltar para sala, cuidávamos da nossa hortinha. As professoras, esperançosas, queriam fazer crer que podíamos voltar a cultivar na nossa terra. Enquanto cavoucava, os disparos começaram. Minha amiga Ritiele veio avisar: “É tiro, eles estão aqui”. A professora Roberta foi a primeira que disse para corrermos para as salas e ficarmos deitados no chão. Eu fiquei ali parada um tempo. Não sei como cheguei na sala. Tenho a memória de me deitar no chão e ficar segurando a mão de Ritiele. Não sei se chorei, se gritei ou só fiz silêncio. Quanto tempo durou também não lembro. Acho que era noite quando saímos da sala. Aos poucos, os pais, mães, tias e avós foram chegando. Minha avó Isabel apareceu toda suada, muito nervosa, dizendo que precisávamos ir para casa rápido. No caminho, lembro de ver muita gente na rua, mãe chorando, irmão chorando, até dona Benedita, que sempre tinha uma palavra de consolo, parecia petrificada.

Em casa, vó Isabel me explicou que meu pai tinha sido preso. Ele estava voltando da catação de lenha quando os vigilantes e a polícia começaram a atirar. Já pediram para



ele colocar a mão da cabeça e ir direto para o camburão. Eles estavam nos caçando, sob a acusação de estarmos roubando uns fachos de eucalipto, em terra que era nossa por direito. Por pouco que eu não fico sem ninguém. Arrebentaram nossa porta e começaram a questionar minha vó. Sorte que nosso forno de carvão estava desligado e deu para disfarçar.

No dia seguinte, 15 de novembro de 2007, foi feita uma grande reunião para avaliar as perdas, todas as lideranças estavam lá presentes. Dona Benedita foi a primeira a falar: “A violência de ontem foi brutal. Sujeitos encapuzados vieram nos amedrontar como capitães do mato. Mas resistiremos com a força de nossos ancestrais! Seguiremos em retomada do que é nosso”. Retomada foi a palavra de ordem nos dias que se seguiram.

Tenho dúvidas se retomarei o que perdi em razão daquele dia. A escola foi destruída, toda esburacada pelas balas, e as professoras, com muito medo, se recusaram a voltar para o quilombo. Meu pai ficou preso durante quase um ano. Depois ficou quase três anos só podendo sair para igreja. Nesse período, eu tentava ajudar como podia, saía para catar facho, qualquer sobra já contava para a queima do carvão. E conforme fui crescendo, sem escola e sem cultivo, a contragosto da minha vó, passei a trabalhar no forno.

Será que é essa história que a juíza quer que a gente conte? Enquanto aguardo ao lado da minha avó e dos demais irmãos e irmãs de quilombo, repasso os fatos na minha cabeça. Quero enfatizar para juíza que perdi minha mãe muito cedo. Não foi nesse dia do tiroteio, mas foi por conta da Fibria também. Veneno. Minha mãe morreu um pouco depois que eu nasci, envenenada pelo agrotóxico que contaminou nossas terras. Eu estou aqui mais por isso. Quero falar da minha mãe. Ou melhor, de como não tive mãe porque o eucalipto a levou. Alguém do corredor anuncia que vão começar a chamar para testemunhar. O povo fica eriçado e eu tento conter o desespero do meu coração acelerado.

Passam alguns minutos e ninguém é chamado. A juíza sai da sala, com uma expressão séria, vestindo um conjunto preto, muito bem moldado ao corpo. Ela é uma mulher negra. Repito mentalmente: ela é uma mulher negra. E saindo da minha contemplação, ouço sua voz gentil e firme se dirigindo ao nosso grupo para dizer que deseja ouvir a todos sobre o que se passou nos últimos anos no quilombo e que nossas ancestrais poderão falar por meio de nós. Minha avó olha para mim ligeiramente e sussurra: é a retomada.



09 de novembro de 2009

Gilmar Pereira Rodrigues

Agente de Defensoria/Defensoria Pública do Estado de São Paulo

grodrigues@defensoria.sp.def.br

A estradinha de terra branca como areia, se estendia por aproximadamente 50 metros até chegar numa porteira feita com três estacas de arbustos provavelmente colhidos nas ribanceiras da própria estrada. Arames farpados gradeados ditavam o ar de segurança e limitavam o acesso a pequena propriedade. Ainda no caminho de terra branca, um relevo que parecia lombada, servia de desvio para a água da chuva em direção ao poço cavado atrás da cerca viva, que denunciado pelo mato crescido dentro dele, há tempos não recebia nada. As ribanceiras, se ornavam com capim sapê, que dão nome a região. Sapê do Norte. O sol escaldante, oferecia um calor que beirava seus 36 graus e por isso, olhar o horizonte pedia para cerrar os olhos e perceber a temperatura fazendo a paisagem tremer com labaredas invisíveis. Antes de chegar ali, o que se viu foi um grande mar de vegetação que pareciam pinturas de natureza morta em 3-D e três tons. Era a imensidão de eucaliptos plantados por uma grande empresa produtora de papel. Quase que literalmente morta e por muitos considerada assim, as florestas de eucaliptos sugaram a água dos pequenos rios da região. Da fauna, raramente se via algo. Diferente da abundância de outrora. Hoje, se avista apenas uma revoada de urubus aproveitando as correntes de calor e parecendo brincar entre si, de aviões planadores. Desviando os olhos do céu, só se via o cinza do solo, o branco dos caules e o verde das copas do mar de eucaliptos. Da porteira, se avista a casinha com reboco chamuscado e pintada apenas com cal branco. A porta e janela emparelhadas, são na cor azul celeste e remontam as lembranças dos primeiros desenhos da infância na aula de educação artística. Do batente pra fora, uma grande pedra redonda compõe degrau para facilitar para aqueles que imaginamos sofrer com as articulações, pelos pesos da vida e da idade. Ao lado dela, uma barroca de areia ocupada pelo guardião da casa, um vira-lata preto, mas todo cinzento de terra, que cochila de modo preguiçoso e nem se importa se alguém incomodar com um “bom dia” à sua dona. Beirando por todo o pé da parede em direção a lateral da casa, meia dúzia de pés de onze horas, com suas flores coloridas em branco, amarelo e laranja. Olhando-as debruçada na janela, está Sra. Maria Tulu, corcunda, franzina, cega do olho esquerdo espetado por um galho de acácia quando procurava por uma galinha fujona que insistia em botar ovos fora do galinheiro. Com 73 anos, costuma andar com os pés descalços, pois gosta do contato com a terra e diz que tomou gosto por isso desde criança, correndo pelas estradas de uma vida toda na região. Acrescenta que foi a capital apenas uma vez na vida, em situação de muita tristeza, para enterrar suas únicas filha e neta, que faleceram num grave acidente de carro em Vitória. Voltou pra Sapê do Norte, acompanhada de três bisnetos adolescentes, Pedro, Cassio e Josué. Deixa de sorrir, quando fala desse acontecimento. Costuma se expressar sorrindo, sempre confirmando o



que diz com um “é!”. Orgulha-se de sua casa, construída por ela mesma, com ajuda da filha, Rita de Cássia. Tem 1,52 de altura e se confunde facilmente com seus bisnetos adolescentes quando cruza com eles, enquanto brincam tocando uma bola de futebol surrada no terreiro da casa. Atualmente, os tempos mudaram e não se parecem mais com a histórias contadas por sua avó e sua mãe. A paisagem à sua volta também mudou e com ela, carrega muitas novas histórias, mas não são bonitas de serem ouvidas ou contadas, como nos tempos de infância. Agradável, era o cheiro de eucalipto de antigamente, que agora de tão presente já não se sente, pelo costume ou talvez, pelo odor que carrega nas histórias sobre as vidas que são levadas desde a chegada dessa monocultura na região. Sra. Maria se lembra de quando ia até a mata que fazia parte do quintal de casa, acompanhada de sua avó, buscar lenha seca para cozinhar os alimentos. O fogão era um improvisado de três pedras com formato similar posicionadas em triângulo, de modo que sustentassem e mantivessem a panela de barro equilibrada sobre o fogo. Cada panela era exclusiva para o alimento a ser preparado. Então tinha a do feijão, a do angu, a do leite, a da torra do café e a da carne. Avó e neta retornavam da mata carregando seus fachos de lenha na cabeça protegida por velhos chapéus de palha. O saco de carvão encostado à porta da cozinha e coberto com um pedaço de lona, era garantia de fogo num antigo fogareiro de barro, apenas nas emergências noturnas dos dias chuvosos, no preparo de chás e outros remédios caseiros que eram ensinados de geração em geração, preservando a sabedoria de seus antepassados. A produção do carvão, também foi prenda recebida pela Sra. Maria, de sua mãe e avó. O processo era mais trabalhoso porque exigia a busca por madeira resistente e que desse um bom carvão. E bom carvão é aquele que tem brasa duradoura. Assim, a árvore era identificada, derrubada e cortada em pedaços de aproximadamente um metro. Ainda na mata, se cavava um buraco no chão, com um metro de largura, dois e meio de comprimento e pouco mais que meio, de profundidade. Medidas a olho nu e um forno pronto. Colocava-se a lenha empalheirada até preencher a cova, em seguida se cobria com galhos verdes e terra, numa quantidade que não afundasse sobre a lenha, entretanto, isso aconteceria à medida que o fogo fosse queimando e era proposital, fazia parte da técnica, funcionando como dispositivo para apagar as labaredas, tornando a brasa carvão. Ainda nesse funcionamento do forno, havia duas aberturas em cada extremidade da cova para circulação do ar, sendo uma servindo de entrada e a outra como saída. Enquanto a lenha queimava, os adultos cuidavam para que o fogo estivesse aceso e as crianças brincavam com a imaginação solta usando folhas, flores, gravetos, pedras e gafanhotos. Ou ouviam as melhores histórias dos mais velhos. Nos tempos atuais, Sra. Maria se preocupa com o futuro dos bisnetos e de seu pedacinho de terra. A chegada dos eucaliptos levou as matas da região, os rituais de geração, sua gente, as águas, os animais livres e os de criação. Nestes tempos perigosos, o vilão não está sozinho e diz que ela é a vilã. É que no dia 09 de novembro de 2009 soube-se que a Polícia Militar prendeu quase 40 pessoas na comunidade de São Domingos, não muito distante de onde vive Sra. Maria. Já no dia seguinte à notícia, apareceram em seu terreiro o Delegado Gavião que atuava naquelas bandas há muitos anos. Estava acompanhado de três policiais. Foi recebido com delicadeza pela Sra. Maria, na pequena sala com piso de terra batida, que lhes serviu chá de capim santo com biscoitos de farinha assados no tacho de



barro e fogareiro à carvão. O delegado disse que caçava bandidos que estariam cortando e roubando eucaliptos por aquelas bandas. Desejava permissão para procurar em suas terras. Sra. Maria respondeu que não seria necessário, pois seu pedacinho de terra era tão pequeno, que de sua janela se avistava tudo, principalmente a natureza nativa que ainda resistia à invasão dos eucaliptos. Acrescentou que naquele lugar, residiam apenas ela e os três bisnetos. Meninos em formação. O delegado, de conduta duvidosa, insistia apontando que a vistoria seria rápida. Vencida pelo cuidado, Sra. Maria respondeu que então olhassem à vontade. Delegado Gavião pediu àquela senhora que autorizasse seus bisnetos a ajudarem nas buscas, por conhecerem bem a região. Sra. Maria respondeu firme que não, dizendo ter aprendido que de onde seus ancestrais vieram, não se caçavam homens, assim, seus bisnetos não serviriam para aquilo. Por fim, pediu para fazerem o que desejavam e se retirassem, enquanto ela e os bisnetos também se recolhiam. Três dias depois, Sra. Maria Tulu apareceu morta na porteira de sua propriedade. Aparentemente, atingida na cabeça, por uma tora de eucalipto.



Da Mata

Cristiane Juliari

Assistente Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

cjuliari@defensoria.sp.def.br

Quando eu tiver pra mais dos meus vinte e cinco anos tenho o plano de dar uma vida bem melhor pra você mãe e pro meu pai, e quem sabe já nessa idade posso já ter até filhos, o destino é quem sabe.

Vivendo aqui no Sapê do Norte, no extremo Norte do Espírito Santo, uma região de floresta nativa, um lugar muito bom pra se viver e criar filhos, e assim como vocês me criaram aqui com o trabalho do plantio e colheita.

Um lugar bom desse nem cerca tem por aqui. E como vocês nunca pensaram em vender essas terras? agora que ouvi o comentário dos vizinhos e lá na associação também estão dizendo que tem um pessoal com uma empresa bem grande chegando por aqui, parece que fazem papel, vai trazer trabalho pra na nossa gente, pensando bem, ainda podemos viver melhor com esse dinheiro, já me vejo na escola, estudando na faculdade, que alegria!

Mãe imagina só sua Margarida (euzinha que aqui falo) com diploma? e nem penso em deixar vocês aqui não, quero estudar para dar o melhor aqui pra nossa comunidade também. Quem sabe posso ser uma professora, ou aquela que estuda a terra, sabe? Nossa! Dá pra pensar muita coisa que pode melhorar aqui pra gente e meu filho vai crescer aqui também, isso vai ser um sonho.

Assim a água ferveu sobre o fogão a lenha e passei um café pra botar fim nessa conversa que não me agrada em nada.

Aqui no Sapê somos uma família muito grande, porque o tanto de gente que vive, nem sei se alguém já contou a gente.... Somos uma grande comunidade, e tudo que fazemos e produzimos aqui é uns para os outros, e cuidamos muito bem da nossa floresta, por isso nosso futuro é garantido. Tínhamos o que precisávamos: água, plantio, colheita, animais...”

Essa foi a última conversa que ouvi da minha filha e, até que conhecemos de perto a verdade dessa grande empresa ao chegar aqui em Sapê, nem sei direito dizer qual o nome, porque de tanto coisa ruim que por aqui fizeram pro nosso povo, até o nome eles já mudaram, mas continuam por aqui.

Agora, depois de todos esses anos, apareceu por aqui o pessoal que minha filha estava contando que ouviu dizer, desde que esses homens chegaram aqui com conversa de emprego e dinheiro, estávamos muito bem aqui com nossas coisinhas, e assim foi: o trabalho que ofereceu a nossa gente, só deu desgosto, agora o que podemos fazer, um



tanto de gente que nunca passou nem perto de delegacia, tem agora de todo mês ir até assinar um tanto de papel.

Não dá pra acreditar que as terras que agora são da empresa, e que até uns restos de palha queimada que se pega pode fazer que vá pra delegacia, lugar esse que nós da comunidade não precisamos ir, a história agora é que as terras que eram nossas, não são mais. Os rios secaram de tanto que essa empresa usou, as máquinas aqui passaram levando toda nossa floresta e os nossos bichos fugiram, penso que se soubesse o que ia acontecer, tinha bem era fugido junto, tudo pra essaimensidão de eucalipto, não trouxe nada de progresso pra nossa comunidade, o tal progresso trouxe doença, morte e ainda levou nossa mata.

Pra que o plantio de uma mesma planta, só eucalipto, já dá pra saber que boa coisa não é, aqui plantamos de tudo e isso que ajuda a todos. A esperança de emprego, não me anima, já tenho tanto por fazer aqui e estamos muito bem. A promessa de dinheiro em troca de nosso trabalho, pois já foram é comprando terras de nossos vizinhos que se mudaram pra bem longe, já era um sinal que de bom não era, até a promessa de que com mais dinheiro podia se plantar mais, não aconteceu, acabou que nem donos de nossos quintais somos, um tanto da nossa gente se interessou, outro tanto não. Eu e meu velho não aceitamos isso não, o que posso é trabalhar um pouco mais, afinal ainda temos força pra trabalhar

A tal conversa da minha filha, até que conhecemos de perto a verdade dessa grande empresa ao chegar aqui em Sapê, nem sei direito dizer qual o nome, com o tanto coisa ruim que por aqui fizeram, eles já mudaram de nome algumas vezes.

Levaram nossa mata, trouxeram doenças com seus venenos e produção de carvão, o plantio desse eucalipto de dia de noite, nada mais ficou no lugar, os bichos foram embora, minha filha então, conseguiu o trabalho que tanto queria até não ver mais nem o futuro, o veneno que usam aqui, foi diminuindo sua visão, e mesmo assim ela não parou trabalhar, até que não enxergou mais, nem pra ver seu bebê que nascera um pouco antes de sua última internação devido as doenças desse maldito trabalho que levou minha querida Margarida, e desta não vez ela não voltou do hospital.

A flor do meu jardim que já tinha alcançado o estudo e o sonho de ter o filho, que tanto queria, teve uma menina, ela nem a viu crescer, e tudo que acreditava era que viver aqui era o melhor pra todos nós, seu bebê ficou com a gente, pra quem sabe um dia entender que um lugar de tantos sonhos, de tanta beleza, um dia, levou de nosso jardim nossa Margarida, que nos deixou e deixou esse presente, a Linda, assim a chamamos porque acreditamos que é Linda como era nossa Mata, que acreditamos até o fim, é nosso lugar.



Referências

Especial Quilombolas

Acuados

Prisões em série, perseguição e conflitos aossamos quilombolas no norte do Espírito Santo. Nossa reportagem percorreu mais de mil quilômetros para conhecer um cenário onde a violência vem junto com o deserto de eucaliptos.

Fonte: Publica Agência de Jornalismo Investigativo



Per/seguidos por viver

Lara Caroline Hordones Faria

Assistente Social (Agente de Defensoria Pública)

Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Divisão de Atendimento Inicial Especializado ao Público e à População em Situação de Rua (DAIEP/PopRua)

lcfaria@defensoria.sp.def.br

Era uma tarde linda de inverno, o sol batia nos nossos rostos com aquele vento geladinho. Eu, Clarice, sentia um cheiro de ar fresco e estava muito animada.

Estamos em 1999 e eu acabei de fazer 14 anos. Meus cabelos crespos castanhos claros e o tom da minha pele negra estava radiante no contraste da minha roupa de formatura que minha querida avó Terezinha fez pra mim. Os bordados coloridos foram eu quem fiz com a ajuda do meu pai, Juca, e minha mãe, Dandara.

O som da fogueira e cantoria de toda nossa comunidade quilombola, arrastava a euforia da felicidade daquele momento marcante. Nossa, como esses momentos com nosso povo mexem comigo! Fico emocionada com cada momento desses encontros.

Mas, de repente, chegou um casal que não era da nossa comunidade: Eva e Alceu. Eles são nossos defensores públicos e eu me lembro dos detalhes daquele entardecer com eles. Eu não sabia que eles viriam, mas eles já tinham combinado com vovó.

Eva e Alceu foram nos explicar em que ponto estava o processo que estamos tentando regularizar nosso direito nas terras que estamos há muitas gerações nossas nelas, mas também tirar dúvidas de muitas pessoas que estão sendo acusadas de crimes que não cometeram: é que tem um pessoal aí que minha avó diz que eles são uma empresa muito grande, poderosa e temos que ter muito cuidado. Fico sempre me perguntando os motivos da vida de termos sempre que tomar cuidado com tudo aqui na nossa terra, se antes meus ancestrais lutaram na escravização terrível e desumana, e agora parece que estamos novamente vivendo aqueles anos do século passado.

Como nossa terra ainda não está regularizada, temos visto cada vez mais essa empresa grandona colocar eucaliptos e eucaliptos de plantações. Minha imaginação vai além dessa inundação de plantação passar àqueles campos de concentrações do holocausto: porque sinto cada vez mais meu povo se indo, morrendo aos poucos, os brilhos nos olhos acabando e a incrível magia de nossa cultura se desfalecendo pelos infortúnios desastres no nosso quilombo.

Então, voltando a Eva e Alceu no dia da minha formatura, eles nos avisaram que nossa conquista de terra ainda estava ganhando força na ação judicial. Mesmo tendo a demonstração de que plantamos e colhemos nossa comida, temos aqui educação para todas crianças e adolescentes e ainda forma de gerar renda com nossos artesanatos e comidas orgânicas, isso ainda não bastou.



Mostramos e demonstramos com muitas provas de documentos e pessoas com testemunhos que estamos no nosso chão há muitos e muitos anos. Temos muito da nossa história e afeto nessa parte do Brasil. Mas parece que ainda não está muito bem-vinda e transparente para os homens lá da decisão do processo.

Mesmo eu com meus poucos anos de vida, fico preocupada onde essa história vai parar. Ou melhor, ela não vai parar porque a vida nunca para. Mas como iremos sentir e reagir com os efeitos colaterais dessa decisão.

Muitos de nós aqui, como já escrevi, estão com pouco ou quase nenhum brilho nos olhos e aquela esperança linda de viver já não sinto brilhar mais.

O que me vem de sentimento, desde meus poucos anos, é que nosso quilombo vai se sentindo perseguido por viver. Como se nossa vida incomodasse essa empresa grande desses eucaliptos gigantes.

E o que eu fico pensando é: como um processo pode se ajustar ao que é justo e garantir nosso direito e liberdade de viver?, já que a relação da grande empresa conosco do quilombo está maltratada e a justiça pode piorar essa relação que o País ainda não acertou conosco: nossa história marcada pela escravização. Ora, nós ainda estamos sendo julgados e, pelo visto, ainda escravizados.



Notícia 02

O calvário das viúvas da ocupação

Metamorfose Digital

30 de maio de 2013 às 15:17:52



Após a liberação dos territórios ocupados pelos alemães dos países europeus, milhares de mulheres que tinham relacionamentos com soldados alemães foram expostas a execuções humilhantes e brutais nas mãos de seus próprios concidadãos. Era a "*Épuration Légale*" ("*purga legal*"), a onda de julgamentos oficiais que se seguiu à liberação da França e da queda do Regime de Vichy. Estes julgamentos foram realizados em grande parte entre 1944 e 1949, com ações legais que perduraram por décadas depois.

Ao contrário dos Julgamentos de Nuremberg, a "*Épuration Légale*" foi conduzida como um assunto interno francês. Aproximadamente 300.000 casos foram investigados, alcançando os mais altos níveis do governo colaboracionista de Vichy. Mais da metade foram encerrados sem acusação. De 1944 a 1951, os tribunais oficiais na França condenaram 6.763 pessoas à morte por traição e outros crimes. Apenas 791 execuções foram efetivamente realizadas. No entanto, 49.723 pessoas foram condenadas a "degradação nacional", que consistia na perda total de direitos civis.

A campanha para identificar e massacrar os colaboracionistas do regime alemão puniu cerca de 30.000 mulheres com humilhação pública, por suspeita de que tiveram ligações ou porque eram prostitutas e se relacionaram com os alemães. Algumas vezes, a coisa toda não passava de briga de vizinhas -uma denunciando a outra como acerto de contas pessoais- ou então uma denúncia vazia de participantes realmente ativos, que dessa forma tentavam salvar sua pele desviando a atenção de sua cooperação com as autoridades da ocupação. O caso é que muitas coitadas que tiveram algum tipo de relacionamento com os soldados e oficiais alemães não tinham culpa, o que elas iriam fazer? Elas eram reféns de um estado ocupado. Mas a ira e a necessidade de encontrar bruxas para caçar não permitia o raciocínio, se houvesse um indício qualquer, a coitada tinha sua cabeça raspada e era exposta em público como desgraça da nação. Muitas vezes só raspar a cabeça não bastava, eram despidas, abusadas, desenhavam a suástica nos seus rostos, ou queimavam a marca com ferro em brasa na testa.

Estas mulheres foram reconhecidas como "nacionalmente indignas" e sofreram, além da degradante humilhação em público, penas de seis meses a um ano de prisão, seguida da perda total de direitos civis por mais um ano, quando ainda eram violentadas e insultadas nas ruas. Muitas não

suportaram a vergonha daquela situação e sucumbiram cometendo suicídio. Nisso tudo há ainda um aspecto que permaneceu vergonhosamente nas sombras por décadas: as crianças nascidas de soldados alemães. De acordo com várias estimativas, nasceram ao menos 200 mil dos chamados "*filhos da ocupação*", mas estes sofreram menos que as mães, quando o governo limitou-se a proibir nomes alemães e o estudo da língua alemã. Entretanto não foram poucos os casos de "filhos da ocupação" que sofreram algum tipo de ataque e segregação.



A perseguição não se limitou a França, quase todos os países do bloco europeu de aliados fizeram o mesmo. Na Noruega, cinco mil moças que deram à luz filhos de alemães, foram condenadas a um ano e meio de trabalho forçado. Quase todas as crianças foram declaradas pelo governo como deficientes mentais e enviadas para uma casa para retardados, onde foram mantidas até os anos 60.



Infelizmente não é tudo, a União Norueguesa para as Crianças da Guerra depois declarou que a "*desova nazista*", como chamavam estas crianças, foi usada indiscriminadamente para testar medicamentos não aprovados. Somente em 2005, o parlamento norueguês publicou um pedido formal de desculpas para essas vítimas inocentes e aprovou a compensação para as experiências no valor de 3 milhões de euros. Este valor pode aumentar se a vítima fornecer provas documentais de que tenha sofrido algum tipo de discriminação racial diante do ódio, medo e desconfiança por causa de sua origem.



Memórias de Marie

Maricy Rehder Coelho Camara

mcamara@defensoria.sp.def.br

Meu nome é Marie, como tantas Maries francesas que vivem hoje no território livre francês. Porém esta Marie, que hoje relata suas memórias, viveu numa época em que a França, livre, solidária, justa, igual e fraterna não existia.

Vivi numa época de uma França ocupada por uma guerra injusta e degradante, onde as liberdades pessoais, as escolhas pessoais eram impossíveis de serem respeitadas e de serem vividas por todos e principalmente pelas mulheres.

Nasci numa família amorosa, justa, alegre, vibrante, cheia de planos para o futuro. Morávamos na cidade de Paris, na rua de Rivoli, umas das ruas mais charmosas na época, eu estudava numa escola somente de meninas, eu frequentava festas nos finais de semana, flertava com os meninos do colégio militar, que eram tão engraçados, com seus cabelos cortados e suas roupas marrons. Nunca tive um namorado sério, apenas trocas de olhares e sorrisos charmosos para os garotos.

Ocorre que, em 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, iniciando a Segunda Grande Guerra. Para mim, no fim da minha adolescência e início da idade adulta, com meus 18 anos, este fato não me importou muito, estava mais preocupada em estudar história da arte, que era o que mais eu gostava, e em pensar em viajar o mundo e conhecer a arte pelo mundo.

Não estava muito atenta a política, apenas de meus pais serem pessoas influentes na política e minha mãe ter família na Alemanha, e todos em casa sermos fluentes na língua alemã, francesa e inglesa, até então minha vida continuava.

Mas tudo mudou, de repente, quando Paris, em pleno verão, foi ocupada pelas tropas alemãs. Era 14 de junho de 1940, eu me preparava para ir ao colégio quando papai entrou em casa nervoso e preocupado, informando que precisávamos mudar de Paris e ir para nossa casa no interior do país. Na verdade, nós todos deveríamos ir imediatamente morar no campo, eu, mamãe e minha irmã de 15 anos Anne. Precisávamos partir o mais rápido possível, papai iria depois.

Quando estávamos arrumando as coisas, um oficial alemão, que sabia que minha mãe tinha família na Alemanha e sabia que falávamos alemão, foi até nossa casa e obrigou meus pais a me ceder para trabalhar com um General alemão para ajudá-lo a fazer traduções de francês para o alemão.

Eu fiquei muito nervosa, triste e estressada com esta função porque eu sabia que não seria fácil ver minha família e meu pai, sendo um político que se opunha a invasão alemã, que era da resistência e minha mãe que tinha vínculos com a Alemanha, mas era



francesa de nascimento e de coração, verem a filha ser levada sem poderem fazer nada, apenas obedecer. Então o General me levou e foi assim que tudo começou.

Após dois meses que eu não via mais seus familiares, fiquei sabendo que eles haviam sido executados pelos nazistas, quando descobriram que meu pai estava espionando para os aliados, e que nossas propriedades a casa da rua Rivoli e a casa de campo haviam sido tomadas pelo Estado pela postura de minha família.

Agora eu estava sozinha, sem família e sem dinheiro e trabalhando praticamente todos os dias de forma exaustiva e em cárcere privado, uma vez que eu não tinha permissão para sair sem estar acompanhada pelas ruas e nem podia ter contato com qualquer pessoa conhecida. Sofri assédio sexual de meu superior que se encantou comigo e me obrigou a fazer sexo com ele, eu nunca tinha nem sequer dado um beijo na boca e já teria que fazer sexo, estava em pânico.

O General nazista acabou se apaixonando por mim e me transformou em sua mulher temporária, levando-me para todos os lugares aonde ia, expondo-me como se eu fosse uma ave rara. Eu sofria intimamente com esta situação, porque não era nada daquilo que eu havia planejado para minha vida. Eu tinha sonhos de viajar o mundo, conhecer um amor por livre vontade e ter minhas próprias escolhas na vida.

Eu vivi neste inferno de vida, até o início de 1944, quando fui informada que o General Alemão, meu amante, havia sido morto em batalha, e que eu seria deixada na rua, agora que não mais servia para nada.

Após terem me colocado na tão esperada liberdade, me vi sem dinheiro para sobreviver, fui obrigada a trabalhar como dançarina em um cabaré de Paris, expondo meu corpo, toda noite em troca de dinheiro.

Enfim, após tudo o que eu tinha vivido durante a ocupação nazista, com o final da guerra, fui presa e acusada de ter colaborado com o regime alemão. Afirmaram que como eu havia vivido uma relação pessoal como um General alemão eu era culpada de colaboração com o regime. Ninguém sequer me perguntou como havia acontecido esta colaboração, se eu tive alguma escolha na época, ninguém queria conhecer minha história, minha versão dos acontecimentos, e mesmo assim fui culpada.

Eu era vítima e tornei-me cúmplice e ré sem nem mesmo conseguir falar minha versão. O ódio do povo era tão grande que todas as garantias que os seres humanos têm direito foram relativizadas para que a punição se desse de forma desenfreada, sem o devido processo legal.

Além de todos os abusos que eu havia sofrido durante a ocupação, agora me via presa, exposta nas ruas. Meu cabelo foi cortado, meu corpo foi desprezado, fui mais uma vez humilhada, desrespeitada, não havia nenhuma empatia da população, que olhavam para mim, não como uma vítima do sistema, mas sim como a culpada por ele.

Todos me olhavam de forma raivosa e desrespeitosa, todos me batiam e tentavam me machucar, como se isto fosse possível, como se eu já não estivesse sido, suficientemente, oprimida e abandonada pelo sistema. Já estava acabada e me sentia



manuseada e usada desde quando fui obrigada a fazer sexo sem consentimento com um homem velho e fedorento que sequer eu conhecia.

Após a população andar comigo por Paris, sem roupas, com o cabelo raspado, com marcas na pele me jogaram numa prisão assustadora sem ventilação, úmida e gelada. Fiquei muito doente e acabei pegando pneumonia o que foi uma benção, pois finalmente reencontrei a paz, quando senti que não conseguia mais respirar.



Documento 1

Rafael de Paula Eduardo Faber

Defensor Público do Estado de São Paulo

rpfaber@defensoria.sp.def.br

Em 1943, tudo era fome – e espero que você me perdoe pelo que fiz para te dar de comer. Não há como eu dizer que gostaria de ter feito diferente quando simplesmente não me foi dada essa possibilidade.

Passo a mão na cabeça e ela é apenas a ausência: dos cabelos que me rasparam, da sanidade que me tiraram, dos sonhos que já não tenho.

Quando nada mais faz sentido, é inútil rezar por coerência. A guerra deixa sua destruição pelas ruas, pelos corpos, pelas almas. Gerações destruídas por disputas que já se perderam em labirintos.

Acusaram-me de ser “colaboracionista do governo alemão” porque me deitei com um soldado para receber alguns trocados. Você ainda é muito pequeno e ainda não entende o que isso significa.

Talvez você tenha mesmo é que me perdoar por te ter trazido a esse mundo de pó, morte, terror e desesperança. Por ter te colocado em uma vida onde você é “desova nazista”.

O espelho já mostra o meu rosto sem vida. Não há olho, nariz, testa. Nem cabelo há. Há apenas uma cicatriz em forma de suástica flutuando no nada que me tornei.

Gostaria que você tivesse me conhecido na época em que ainda existia luz. Seria demais sonhar com um mundo em que estaríamos simplesmente ao redor da mesa, tomando sopa, falando algumas besteiras e sorrindo?

Ah, os sorrisos. Já nem me lembro como são.

Talvez do outro lado exista luz e uma oportunidade para, enfim, encontrar um mundo de sonhos eternos.

Ação Coletiva de Reparação de Danos em face do Estado da Noruega

Documento 1: carta encontrada ao lado do corpo de uma jovem de pele clara, olhos azuis, 1m70cm de altura e de uma criança de aproximadamente três anos.

Documento 2: laudo pericial. Conclusão do laudo: morte por envenenamento.



Notícia 03

Hospital psiquiátrico infantil abrigou salas de tortura em BH

Clarissa Carvalhaes - Hoje em Dia

24/11/2013 08:17 - Atualizado em 24/11/2013 08:17



Celas que dão para um corredor de 182 metros abrigaram centenas de crianças durante 32

Mais que o glamour de um prédio de arquitetura neoclássica, o casarão construído na rua Manaus, 348, no bairro Santa Efigênia, esconde uma fase de clausura, terror e sofrimento de pequenos internos entre os anos 1947 e 1979 - período no qual a edificação abrigou um Hospital de Neuropsiquiatria Infantil.

“Este é um espaço de sofrimento e essa história precisa ser contada”, exige, comovido, um ex-paciente do hospital, que pede anonimato. Já aposentado, o homem revela que foi internado na unidade de saúde aos 5 anos de idade.

“Eu só estou vivo porque consegui fugir pelo telhado. Eu ouvia os gritos das pessoas e muitas vezes passei pelo eletrochoque”.

Memória

Entre os escombros do casarão, que ficou fechado por quase duas décadas, há um corredor de 182 metros de extensão localizado no primeiro andar. Lá, são encontrados cômodos de aproximadamente 15 metros quadrados, com paredes cheias de rabiscos de pequeninas mãos, nomes e desenhos. Não há circulação de ar porque as janelas foram lacradas com tijolos. Um ambiente que causa desconforto físico e moral - tortura, segundo definição no dicionário da Academia Brasileira de Letras.

No final do corredor há outra pequena abertura. A partir dela, descobre-se um labirinto que chega em novas celas, algumas com grades nas janelas lacradas com cimento. Frascos de remédio, ferramentas, sapatos de criança e brinquedos estão espalhados pelo chão.

“Eu não apanhava tanto porque ficava muito quieto, mas as crianças mais agitadas iam para o primeiro andar. Algumas não voltavam mais. Os médicos diziam que a família os tinham buscado, mas eu nunca soube se isso era verdade”, conta o ex-interno.

O presidente da Fundação Mineira de Psiquiatria, Maurício Leão, afirma que ambientes insalubres, como os descritos acima, podem prejudicar a saúde mental. “É por isso que hoje a vigilância sanitária é tão severa em suas fiscalizações”.

Descoberta

O desvendar desse espaço até então desconhecido só começou a ser feito há 30 dias, quando artistas e intelectuais ocuparam o casarão, batizado de Espaço Comum Luiz Estrela. Logo nos primeiros dias, criou-se um grupo composto por uma arqueóloga, um historiador e uma arquiteta. Imediatamente eles fecharam a entrada para os espaços apontados como sítio arqueológico urbano.

“Cada cômodo que encontramos é como um arquivo com documentos. É preciso avaliar com cuidado um a um, em um trabalho que exige minúcia e responsabilidade”, explica a arqueóloga Camila Jácome. Como legítimo guardião da memória, o grupo trabalha em um projeto de pesquisa que será apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos próximos dias.

Eletrochoques eram comuns

A partir dos anos 1930 e até o fim da década de 1970, tratamentos como a lobotomia e o eletrochoque eram comumente utilizados em hospitais psiquiátricos. O presidente da Fundação Mineira de Psiquiatria, Maurício Leão, reitera no entanto que ambos são tratamentos que contribuíram para a evolução da medicina. “Em alguns casos, evidentemente, esses tratamentos foram usados com recursos e de maneira distorcida, mas têm em sua essência o dever de contribuir para a qualidade de vida do ser humano”, explica ele. Hoje a psicocirurgia é considerada como a evolução da lobotomia e o eletrochoque ainda é utilizado em muitos casos.



Paredes brancas

Raquel Peralva Martins de Oliveira

Defensora Pública do Estado de São Paulo

roliveira@defensoria.sp.def.br

Ela executava as tarefas, desde as mais simples e sem significado, até as mais ousadas e cheias de repercussão, com a mesma burocracia apática. É quase como se tudo se resumisse a uma boa sensação de estar livre do que estava previsto para ser executado. O prazer de riscar os afazeres de uma longa lista feita cuidadosamente todas as segundas pela manhã. Eu poderia dizer com alguma segurança que ela lava, seca e guarda louças com a mesma calma com que aplica doses sabidamente altas de calmantes àquelas crianças.

É curioso, inclusive, tentar desvendar se ela se tornou tão assim pela necessidade que as circunstâncias lhe impuseram ou se se candidatou e foi escolhida para o trabalho justamente porque já carregava algo de vazio no olhar. Quando a vejo - roupas limpas, passadas, cabelo sempre idêntico, meia calça branca e sem vestígios de uso - sempre me pergunto: o que veio primeiro? O ovo ou a galinha? Ela conseguiu trabalhar aqui porque já era essa figura insossa? Ou foram os anos de absurdos que acomodaram os sentimentos em uma caixa trancada? Pela distância com que ela me olha, tudo leva a crer que não vou conseguir respostas para essas perguntas.

Ela começou a trabalhar aqui há uns oito anos. Eu não me acostumo a vê-la chegar. Eu não me acostumo com o contraste entre ela e o lugar. De início, pensei que ela sucumbiria em uma semana. Ela é muito limpa, clara, lisa, calma para um lugar sempre tão úmido. Ela é muito neutra para estar imersa tantas horas nesse cheiro de éter. Um lugar tão silencioso que faz com que cada grito e cada gemido cortem a nossa pele. Nada disso parece se ajustar àquele uniforme branco, elegante, sem botão aberto. Ela é enfermeira. Enfermeira chefe. Então, sem grandes novidades que esteja de branco. Mas, aqui, tudo, tudo mesmo, acaba ficando amarelado. O mistério é como ela - e só ela - consegue manter tanto asseio. Se você me perguntar a cor das paredes desse lugar, te direi que são brancas. Mas é um branco diferente do branco das roupas dela.

Um olhar mais precipitado diria que ela é má. Simples assim: uma pessoa má, cruel, fria, insensível. Na verdade, muitos realmente dizem isso. As crianças maiores e que já estão há alguns anos por aqui - tempo suficiente para entender como as engrenagens funcionam - dizem exatamente isso, “Ela é terrível!”. Eu não apostaria nisso. Tudo nela é tão absolutamente neutro e intraduzível que não consigo acreditar nessa redução.

Do exato ponto onde eu fico, um banquinho alto, sem encosto e com assento giratório, eu a vejo, todos os dias, caminhar pelo corredor de 182 metros de extensão que fica logo aqui no primeiro andar. Passos leves, quase não se escutam. Incrível como uma pessoa pode ser assim tão opaca. Nada nela dá pistas. Eu a acompanho indo e vindo nesse corredor, entrando e saindo dos quartos e celas. Muitas vezes já fui chamado a ajudar em



algumas contenções e a vi em ação. Ainda assim, em uma situação tão estridente, não sei o que se passa com ela. Ela não parece sentir raiva como muitas outras pessoas que trabalham aqui. Eu sinto que os médicos e enfermeiros não se envergonham da forma descarada com que descontam seus desajustes nos meninos desajustados. Ela não parece ter raiva. Também não parecer ter pena. Eu tenho pena. Ela apenas executa com calma. Não é propriamente um prazer com a dor que inflige às crianças. É um prazer apenas de executar a tarefa. Uma coisa a mais na lista de êxitos. Uma coisa a menos na de pendências.

Muitas vezes fico fantasiando o que exatamente poderia acontecer pra que ela se abalasse. O que precisaria se movimentar na Terra para que o coque se desfizesse, a meia se rasgasse e aquele branco finalmente ficasse encardido como as paredes brancas-não-tão-brancas-assim daqui? O que poderia acontecer pra ela chorar, gritar ou gargalhar? Eu sinto vontade de atravessar a perna pelo corredor longo bem na hora que ela passa e me concede seu “bom dia” educado. Como ela poderia reagir a uma queda? Eu tenho certeza de que ela nunca caiu. Nunca quebrou um osso. Nunca desfez aquele semblante.

Não sei se vocês conseguem compreender bem esse cenário aqui. Mas não é que estejamos num lugar propício ao tédio. Estamos o dia inteiro, há anos, em um lugar de horror, de medo, de extremos. E ela se mantém firme. Não a firmeza dos frios, mas a firmeza de quem sabe o que faz, de quem está seguro com o lugar que ocupa. A firmeza de quem está à vontade. Todos os dias ela se depara com um sem-número de acontecimento estarrecedores. Mães chorando, crianças que vão a uma cela e de lá não retornam, choques, procedimentos, medicações, amarras. Ela pode mesmo seguir com as tarefas do hospital com a mesma serenidade com que rega as plantas e paga as contas?

Será que ela, assim como esse hospital, tem alguma assimetria entre o “dentro e o fora”? Você já deve ter visto a fachada do prédio desse hospital. Mas se nunca entrou, não pode supor o que se passa aqui. Ou, no caso dela, aquele formato exterior é a perfeita tradução da sua mediocridade? A satisfação de cumprir, de executar, de obedecer.

Uma criança há poucos dias me contou um episódio curioso. O dia em que todos desvendaram que a paredes brancas-não-tão-brancas-assim estavam ainda mais melancólicas do que de costume. As crianças pacientes conseguiram escapar dessa cuidadosa arquitetura vigilante e passaram a desenhar em uma parede bem grande e bem escondida, situada em um raro “ponto cego” do prédio. Pelas sobreposições das figuras eu arriscaria dizer que elas estão ali há algum tempo. A arqueologia das figuras provocou efeitos em todos. As crianças ficaram, entre petrificadas com o anseio da punição, e tristes pela perda daquele espaço. Os habituados à vingança ficaram, como de costume, felizes pela legitimidade que teriam para castigar. Outras pessoas que circulam por ali sentiram pena dos meninos. Na semana da descoberta da parede não se falava de outro assunto, cada qual revelando sua indignação, piedade ou remorso. Eu passei a semana tentando decifrar o que ela sentiu a partir daquele evento. Nesse ponto em que nos encontramos você deve suspeitar que eu não tive muito sucesso. Mas é como eu disse, há poucos dias uma criança me deu uma pista sobre ela. Me contou como ela se comportou, tempos atrás, no episódio da descoberta da parede desenhada.



Não foi ela quem viu primeiro a arte dos pacientes. Ela foi chamada por uma colega enfermeira. Quando chegou no tal lugar da parede, havia três garotos por lá. Um desses garotos é justamente o que eu elegi para a minha entrevista, para a minha investigação: *“Me conta, tenta se lembrar, o que exatamente ela disse? Ela ficou furiosa? Ela gritou? Ela chorou? Vamos lá, faça um esforço.”* Não, claro que não gritou e nem ficou furiosa. Ainda assim acho que é o mais próximo que ela esteve do colapso. Segundo o garoto, ela percorreu a longa parede com os dedos. Ela foi e voltou diversas vezes passando a mão pelas paredes onde se viam desenhos tristes. Tristes porque pálidos. Pálidos porque feitos com lápis improvisados. Lápis improvisados porque seria libertador demais entregar esse tipo de material aos pacientes. *“Mas ela foi e voltou quantas vezes? Muitas mesmo?”*. Muitas, mais de dez vezes. Esse gesto repetido e que escapava de toda a ordem que ela tinha planejado para aquele dia me faz pensar que o evento foi insuportável para ela. Não pelo teor evidentemente melancólico das imagens, mas pelo sujo, pelo riscado, pela desordem que aquilo provocou na sua rotina. A parede não estava apenas suja, suja de sujeira que se limpa, a parede estava dizendo alguma coisa. Ouvir esse ruído transtornou o seu dia, o seu planejamento e, finalmente, trouxe desconforto.



Rua Manaus

Clarissa Christianne Rodrigues Souza

Agente de Defensoria Pública – Socióloga

ccsouza@defensoria.sp.def.br

O cheiro de urina, que preenchia o ambiente logo após os eletrochoques, foi a primeira memória que emergiu quando adentrou o antigo casarão da Rua Manaus. João havia chegado no horário combinado com o pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para lembrar o que havia vivido ali e ajudar a montar o quebra-cabeças da história do hospital de neuropsiquiatria infantil, que havia funcionado entre 1947 e 1979, no centro de Belo Horizonte. Agora, em 2013, pesquisadores buscam reconstituir uma história de tortura vivenciada pelos pacientes no local. João é uma peça dessa história.

A última vez em que esteve ali foi em 1965; havia chegado um ano antes, aos 5 de idade. Não se lembra de como chegou, mas sabe que foi consequência da morte de sua mãe, sua única cuidadora, e da vida nas ruas a que havia sido obrigado desde então. A vida com os cinco irmãos e a mãe, que vivia de pequenos bicos de faxina na periferia da capital mineira, já não era fácil. Após a morte dela, piorou: João foi institucionalizado no hospital psiquiátrico infantil, sem saber, até hoje, sob qual justificativa ou diagnóstico.

O casarão de arquitetura neoclássica, agora interditado como sítio arqueológico para reconstrução dessa história, ainda se mantém o mesmo da memória que João guarda desse período da infância. Corredores e salas escuros e úmidos devido às janelas fechadas por tijolos e às infiltrações; instrumentos de eletrochoque e outros espalhados, já enferrujados pelo tempo, usados nessa porosa fronteira entre a medicina e a tortura até o final dos anos de 1970, quando o movimento pela reforma psiquiátrica ganhou força por uma assistência psiquiátrica humanizada, desistintucionalizada e integrada à sociedade.

João lembrou dos gritos das outras crianças e dos seus ao passar pelo “tratamento”: eletrochoques, remédios, o quarto de contenção, tudo que pudesse docilizar aqueles pequenos corpos indesejáveis. Ao tratamento seguiam-se os gritos, a urina e as fezes sem controle, o abandono à própria sorte. Eram dias, meses, para alguns, anos, de uma rotina de leito de hospital, tortura, tempo vazio, infância perdida. Não havia ali pátio, espaço ou tempo para se praticar a infância. O único local de encontro era o corredor, só de passagem, de onde se era visto pela sala da administração, que ficava na entrada do prédio.

À época, João havia entendido que ser invisível era a estratégia adequada: obedecer, ficar quieto, não chamar atenção, tudo isso o fez escapar do “tratamento” em algumas -poucas- vezes. Hoje, aos 54 anos, tem consciência de que à sua infância foram negados todos os direitos: à educação, a uma vida em família e sociedade, à saúde, à possibilidade de crescer e se desenvolver em um ambiente seguro.



Mesmo após sua fuga improvável e heroica pelo telhado do hospital, aos 6 anos de idade, João não teve acesso a nada disso. Encontrou amizade em um senhor que acabou por o apadrinhar e o levou para trabalhar na feira livre. Vez em quando voltava à escola, mas logo desistia. Gostaria de estudar, mas aquele ambiente de muitas regras e pouca liberdade, aliado à necessidade do trabalho, era demais para quem já havia passado um ano preso num hospital. Dos seis aos dezoito anos viveu na viração, da feira ao semáforo, de engraxate à entregador de jornal. Mais tarde conseguiu um emprego repetitivo e não qualificado em uma fábrica. Não era o melhor dos mundos, mas lhe dava um salário certo ao final do mês e uma carteira de trabalho que o poupava de ser preso por vadiagem. Depois casou-se, teve seus filhos e deu a eles uma vida diferente da sua. Agora já faz 2 anos que está aposentado por invalidez - um Parkinson que atribui à tortura sofrida no hospital.

O hospital, a escola, a fábrica, todas essas instituições o haviam endurecido. O menino negro, nascido na periferia, de uma mãe negra que criava sozinha os seis filhos, foi embrutecido um pouco a cada passagem nesses lugares. Sua vida era, antes e depois do hospital, uma “vida nua”, sem direitos, matável, uma vida em que não importava o mal que lhe acontecesse, não haveria ninguém para reclamá-lo.

No entanto, João manteve, ao longo de todos esses anos, sua altivez e sua persistência na vida. Hoje no casarão encontrou um desenho seu na parede, rabiscado com um pedaço de madeira arrancado de um móvel velho. Era uma pipa, com o que poucas vezes tinha tido a oportunidade de brincar. O desenho motivou-o a subir no telhado por meio de um alçapão no teto do banheiro, em um momento de troca de turno dos poucos servidores do hospital, e fugir por entre telhas quebradas.

O pesquisador do IPHAN mostrou a João sua antiga ficha no hospital, que trazia, como “diagnóstico”, “orfandade e mendicância”. João lembrou de ter lido no jornal, à época do encerramento das atividades do hospital, a primeira-dama da capital mineira dizer que o local era um “depósito de problemas sociais”. Sabia que não era feito somente do que lhe havia acontecido, mas principalmente dos momentos de resistência e ruptura que criou para si. Agora estava ali, mais uma vez, para ajudar a contar essa história e fazer com que a memória sirva para o “nunca mais”.



Notícia 04

Marcas étnicas são sentenças de morte

Cicatrizes típicas identificam os nuer como alvos no conflito que já matou dezenas de milhares

DRIANA CARRANCA , ENVIADA ESPECIAL / JUBA - O Estado de S.Paulo
07 de abril de 2014 | 2h 05

Koal Ter, de 30 anos, tem marcada no rosto a etnia nuer: cicatrizes de seis linhas horizontais paralelas entalhadas em sua pele com uma navalha. A marca simboliza a iniciação dos homens na vida adulta, mas, num país profundamente dividido por desavenças étnicas como o Sudão do Sul, também faz dele um alvo. "Se você tem as marcas, eles simplesmente te matam", disse, referindo-se às forças leais ao presidente Salva Kiir, da etnia dinka.

Os cristãos sul-sudaneses, que enfrentaram por duas décadas uma das mais sangrentas guerras da África contra norte muçulmano pela independência, mergulham agora em um novo conflito civil que já deixou dezenas de milhares de mortos desde dezembro.

Após um confronto entre guardas presidenciais das duas etnias em Juba, soldados dinka iniciaram buscas nas casas de bairros predominantemente nuer na periferia da capital. Estavam à procura de homens marcados como Ter. Ele estava em sua casa, em Gudele, quando ouviu tiros. Em minutos, os militares chegaram. "Eles reuniram os homens, eu acho que nós éramos uns duzentos, e nos colocaram em uma única sala do posto policial. Diziam que estavam ali para nos proteger do fogo cruzado, mas nós sabíamos que alguma coisa estava muito errada", disse. "Horas depois, eles começaram a atirar em todos nós."

Ter e o irmão, Gatluak Duong, são 2 dos 12 homens que conseguiram sobreviver ao massacre protegendo-se sob uma pilha de corpos. Calculam ter ficado ali por dois dias. "Quando saímos, estavam todos mortos, todos os nossos vizinhos e parentes, todos nuer. Nós ficamos dois dias naquela sala com os mortos, sem comida nem água - nos matariam se percebessem que estávamos vivos."

Ter e Duong, assim como 28 mil pessoas das tribos nuer, buscaram refúgio na base da ONU na capital, Juba. Suas mulheres e filhos estão em Upper Nile, onde os rebeldes disputam com os soldados leais a Kiir o controle de Malakal.

"Os soldados chegavam perguntando: 'in choli?' (qual é o seu nome, em dinka) e quem não respondia, era baleado", disse o jovem Tue Tap Nguth, de 20 anos, sobre o que testemunhou em Ghaeda, outro bairro nuer na periferia de Juba.

Organizações humanitárias, como a Human Rights Watch, acusam o governo de fazer uma limpeza étnica em áreas nuer, mas apontam violações contra civis cometidas por ambos os lados do conflito. Por duas décadas, os sulistas forjaram uma identidade nacional na luta pela independência contra o norte, mas as divisões sempre existiram.

"Mesmo depois da independência, não houve praticamente nenhuma tentativa real de construir um

Exército nacional. No lugar disso, comandantes regionais e governantes organizaram suas próprias milícias. Todas as altas autoridades, até Salva Kiir, têm forças privadas de defesa", disse a antropóloga Carol Berger, que viveu por mais de uma década no Suão do Sul e se especializou no Exército Popular de Libertação do Sudão. "O Exército de Kiir não estava se tornando mais profissional, como queria afirmar a comunidade internacional em apoio ao presidente, mas apenas maior, porque todos queriam estar na folha de pagamento. Nunca houve uma integração real entre soldados dinkas e nuers."

A nomeação de Riek Machar como vice-presidente pretendia amenizar as tensões tribais, mas, segundo a antropóloga, o governo de coalizão nunca foi real. "(Riek) Machar operava um governo paralelo", disse. Carol não vê o fim do conflito no curto prazo. "Machar acredita que os nuer deveriam governar o país, assim como Kiir - e ambos acreditam que o custo de um número enorme de vidas é justificável, porque essa é a psicologia deles. Nós temos de nos lembrar que os líderes que ocuparam altos cargos políticos no Sudão do Sul são ex-rebeldes que passaram mais de 20 anos no campo de batalha, escondidos no mato. Você tem três gerações de homens que nunca tiveram nenhuma educação, não conhecem nada além da guerra. Se a comunidade internacional não fizer nada para educar e humanizar esses homens, que gastaram todo esse tempo usando uniforme e manuseando armas, você não vai conseguir quebrar o ciclo de violência."

Os rumores sobre novos conflitos nos arredores de Juba não tinham ainda se espalhado quando a organização para a qual Gatluak Kuol, de 28 anos, trabalha o mandou em missão à capital. Dois amigos da etnia dinka lhe ofereceram um refrigerante na calçada da frente, em um dos camelôs improvisados em casebres de zinco onde floresce o comércio na cidade. "Fazia muito calor e não vi problema em aceitar o convite. Eu os conhecia de longa data. Mas, assim que atravessamos a rua, eles começaram a falar em dinka, fizeram um telefonema e, logo depois três homens chegaram, dois deles usando uniformes militares", relatou.

Kuol ofereceu seu lugar para um deles sentarem. Mas, antes que pudesse entender o que estava acontecendo, um deles o golpeou com um facão, atingindo seu rosto. Ele desmaiou antes mesmo de os homens começarem a espancá-lo. Quando acordou no hospital, três dias depois, mais de 500 homens, mulheres e crianças, predominantemente da etnia nuer tinham sido mortos nos arredores de Juba e o país mergulhara em uma nova guerra civil.



A Captura

Bruna de Cassia Teixeira Werneck

Defensora Pública do Estado de São Paulo – DPE/SP

bteixeira@defensoria.sp.def.br

Dessa vez não foi rápido o suficiente. Só percebeu que os soldados *dinka* chegaram no bairro quando ouviu o grito de Duong. Instantaneamente, se viu cercado de três rivais, todos com mais de dois metros de altura, empunhando lanças de cerca de trinta centímetros. Desarmado, surrado, foi conduzido a um cômodo isolado junto com outros vizinhos e parentes capturados. Enquanto era arrastado, pôde ver seu irmão em meio aos corpos no chão, o ferimento da lança atravessada em seu peito indicando que mais uma vez resistiu como um grande guerreiro *nuer*, mas finalmente todas as suas lutas tinham acabado.

Ao contrário de Duong, Ter já tinha atingido a vida adulta e recebido em sua pele as cicatrizes de seis linhas horizontais paralelas. Sempre teve que esconder seus pensamentos, suas vontades. Agora o que o definia estava estampado na sua pele, à vista de todos, fossem aliados ou não.

Ao lado da porta de entrada do cômodo, quatro militares armados, reforçando a impossibilidade de qualquer tentativa de fuga. A porta se fecha e o silêncio impera, interrompido por orações em forma de sussurro que o fazem lembrar que nunca quis ser um guerreiro. Se todos partilham um só *kwoth* (espírito), ferir o outro nada mais é do que estraçalhar a própria carne.

Quantos estariam compartilhando aqueles quinze metros quadrados? Na penumbra, apenas visualizava vultos distorcidos que se misturavam conforme a luz do crepúsculo penetrava pelos buracos das paredes.

De todo modo, contar os corpos ainda vivos não lhe parecia uma boa opção.

Certa vez, quando ainda era criança, queria exhibir aos da sua tribo que sua mãe lhe havia ensinado algumas letras e números. Nenhuma das outras crianças sabia ler ou escrever. Sentaram-se todos no chão de terra e, ao começar a contar o gado, foi bruscamente interrompido por um puxão no braço tão forte que o botou de pé. Sua mãe lhe explicou que contar o gado trazia infortúnio e as coisas já iam mal o suficiente, seria bom que não piorassem por causa da sua exibição.

Na circunstância em que se encontrava agora, entretanto, parecia que nenhum mau presságio poderia ser pior do que a própria realidade.

De relance, percebe um homem sentado de cócoras ao seu lado que, como se já respirasse a tranquilidade da certeza da morte, sorri sem mostrar os dentes. Não há apoio no sorriso nem acalento na companhia, ainda que pertencessem à mesma etnia. Para Ter, o que era pacífico se perdia na rede de dualidades inescapável e com a qual nunca se sentiu confortável: ou era *nuer* ou não era.



O elo mais forte, que ultrapassava os limites de sua etnia, também estava fragilizado – talvez até rompido: há alguns meses sua família tinha partido para muito longe dali, possivelmente para Juba, no refúgio criado na capital pela ONU. Lamentou não ter acompanhado os capacetes azuis, mas o dever *nuer* de proteção dos que ficaram, dentre eles seu próprio irmão mais novo, o impediu de tomar qualquer outra decisão.

Se pudesse, teria partido com todos para a Etiópia, onde finalmente se estabeleceriam longe do alcance das disputas, desfrutando das trivialidades da vida em sociedade, restabelecendo aos poucos a confiança nos indivíduos, até que efetivamente reconhecessem aquele território como seu, já que não tinham para onde voltar.

Por mais esforço que fizesse, Ter não identificava um lugar como sua casa. Aprendeu a não ter apego a espaço nenhum, afinal o gado exigia adaptação para sobreviver e cada sol nascente demandava nova terra, nova oportunidade de resistir e existir. Por isso, fazia moradia nas pessoas, nos acontecimentos, nos encontros.

Logo lembrou do dia em que avistou aquele olhar. Em meio a um conflito com os *dinka* numa tarde de chuva, entre lanças afiadas e muito sangue *nuer* derramado, foi subitamente atraído por uma jovem *dinka* que observava a tudo, ao lado de outras duas mulheres mais velhas, ao pé de um casebre, a cerca de trinta metros de distância. Ela tinha mais ou menos a sua altura, dentes brancos, talvez 16 ou 17 anos e a pele mais suave que se pode imaginar. Mas o que lhe chamou atenção foram os olhos: olhavam diretamente para ele, como se atravessassem a sua existência, abraçando seus medos e angústias, revelando que contra ela nenhuma proteção era necessária, formavam um só. Foram menos de cinco segundos, mas se pudesse, guardava aquele momento para sempre. E guardou. Aquele momento, aquela pessoa, a memória viva há anos era sua casa.

A porta se abre e dois militares armados com fuzis ingressam no cômodo. Falam algumas palavras incompreensíveis em *dinka* e Ter sabe que estão prestes a iniciar os disparos. Dessa vez não pretende se fingir de morto, nem se esconder embaixo dos corpos.

Fecha os olhos e vê novamente a jovem garota. Torce para que o tempo nunca a tenha ferido de forma irremediável, que suas escolhas a tenham conduzido para um caminho de liberdade e que consiga encontrar coragem para mudar os rumos da nação, pois formavam um só.



Afluentes do Nilo

Amanda Pilon Barsoumian

Defensora Pública do Estado de São Paulo

abarsoumian@defensoria.sp.def.br

Angelina, fique no seu quarto e não saia até que eu diga que pode sair! Essas foram as últimas palavras que ouvi de meu pai antes que ele fechasse a porta do quarto, me encerrando em isolamento.

O dia se iniciou de forma típica. Acordei sozinha às 5h da manhã, em meu quarto, com o sol entrando pelas frestas da parede de barro e do telhado de capim. Não chove há um mês, é período de seca em Juba, capital do Sudão do Sul. As ruas de terra esturricadas levantam poeira sempre que um carro ou animal passa por elas. A água só chega até as casas do bairro por caminhões-pipa e precisa ser racionada, pois custa caro.

Minha mãe costuma se levantar antes de mim para preparar a nossa primeira refeição do dia, mas hoje não se levantou. Quando saí do meu quarto, vi meu pai preparando a refeição e estranhei. Onde está a mamãe? perguntei. Meu pai parecia exausto e não respondeu de imediato. Sua mãe passou mal a noite inteira... Diarreia que não para. Pagamos tão caro na água e ainda assim ela vem contaminada. Isso não está certo! Fiquei preocupada com minha mãe e fui vê-la em seu quarto. Ela estava dormindo, tranquila. Era uma mulher magra, mas muito forte, e logo estaria recuperada.

Retornei à cozinha, onde meu pai preparava o pão *kisra*. Comi ainda sonolenta e perguntei se ele não iria trabalhar. Meu pai disse que não, que o mercadinho ficaria fechado hoje. Precisava cuidar de minha mãe. Mas tudo bem, disse ele, hoje é um dia fraco no comércio. E Koal, onde está? perguntei. Meu pai respondeu que ele havia saído cedo para procurar emprego e, caso não encontrasse nada, iria direto para o centro da cidade, para iniciar as vendas ambulantes. Mas deixe de perguntas, termine logo seu pão e vá fazer seus deveres de casa!

Peguei meus cadernos escritos em inglês e me sentei na mesa da sala. Meu pai é um homem que mal sabe ler e escrever, mas dá muita importância para a formação de seus filhos. Como tem clientes influentes em seu pequeno comércio no centro da cidade, meu pai conseguiu uma vaga para meu irmão Koal em uma escola que é dirigida pela ONU. Acontece que ele se recusou a ir para a escola, disse que não era coisa para ele, que ele seria um soldado ou, então, um comerciante. Disse que eu poderia ficar com a vaga dele. Fiquei com as sobras que se mostraram muito apropriadas aos meus sonhos. No próximo ano, terminarei os estudos básicos e vou me inscrever no curso de licenciatura em História e Geografia na Universidade de Juba, para me formar professora e ensinar os alunos como os fatos do passado e o local onde vivem influenciam a sua vida.

Koal entrou correndo em casa, ofegante e sem ar. Era possível ver o suor ressaltando ainda mais as marcas em sua testa: seis linhas horizontais paralelas, que agora



pareciam afluentes do rio Nilo. Essas marcas foram talhadas em sua pele quando ele tinha apenas 12 anos, em um ritual de passagem à vida adulta, assim como ocorreu com meu pai e meu avô. Eu me lembro como fiquei horrorizada com o ritual, que fazia jorrar muito sangue sobre os olhos, nariz e boca de Koal. Mas Koal demonstrou extrema bravura ao não deixar transparecer qualquer sinal de dor durante os longos minutos de mutilação de sua pele. Esse era um motivo de muito orgulho para todos nós da etnia nuer!

O que houve, Koal? Por que ainda não está no centro vendendo suas quinquilharias? perguntou meu pai. Minha mãe, nesse momento, também saiu do quarto. Havia acordado assustada com o barulho da porta se abrindo e foi até a sala, ainda cambaleando em razão da fraqueza que lhe acometia após a diarreia da noite passada. O que houve, meu filho querido? Você parece assustado, disse ela. Encontrei Gatluak na rua, aquele meu antigo colega de escola, lembram? Ele me disse que o exército está a caminho do bairro. Todos estão apavorados, disse Koal. Eu não entendi muito bem o que aquilo significava. O exército não costumava passar pelo nosso bairro, que era, em grande parte, esquecido pelo governo central em razão de ter maioria nuer, o que todos sabiam, não agradava os aliados do presidente Salva Kiir, da etnia dinka.

Meu pai e minha mãe pareceram assustados, mas tentaram manter a calma. Angelina, guarde seus livros e vá para o seu quarto! meu pai falou. Eu estava paralisada, não sabia o motivo daquela ordem tão repentina. Ele então gritou: Agora! Eu então saí do meu estado de paralisia e, rapidamente, peguei os livros e cadernos que estavam espalhados em cima da mesa. Meu pai me empurrou pelas costas até o quarto e então fechou a porta atrás de mim, me deixando com uma ordem clara: eu não deveria sair até que ele dissesse que eu poderia sair.

Aqui estou agora, isolada do restante da família por uma porta, paredes de barro e uma ordem peremptória: não saia até que eu diga que pode sair. Ouço meus pais e meu irmão conversando na sala, mas não consigo entender o que dizem. Parecem aflitos. Ouço gritos e tiros ao longe. O que está acontecendo? Avisto o armário e há um espaço entre ele e a parede. Acho que consigo me esconder ali. Mas para que me esconder? O que está acontecendo? Qual é o perigo à espreita?

Eu me aperto e entro no espaço estreito entre o armário e a parede. Agora ninguém pode me ver. Permaneço ali por alguns minutos, ainda ouvindo barulhos de tiros e gritos ao longe, e dos meus pais e irmão discutindo na sala. Logo percebo que há um buraco na parede atrás de mim e consigo me virar. Pelo buraco, consigo enxergar a sala de casa e não me sinto mais tão isolada. Posso ver meu pai e meu irmão aflitos, andando de um lado para o outro da sala, e minha mãe sentada em uma cadeira, ainda fraca em razão da convalescência.

Os barulhos na rua se avolumam, ouço passos cada vez mais próximos e gritos cada vez mais altos. Mais barulhos de tiros. Todos na sala paralisam e param de falar. A porta da casa se abre de repente, sem qualquer aviso prévio ou pedido de permissão para entrar. Adentram a sala cinco soldados *dinka*, estão trajados com roupas militares e portam armas grandes, não sei de que tipo. Há uma breve conversa entre os soldados e



meu pai, mas não consigo ouvir o que falam. Minha mãe é arrastada para fora de casa pelo braço por um dos soldados e eu posso ver que ela chora e grita. Eu também começo a chorar, mas tento não fazer qualquer barulho. Ou será que eu deveria fazer barulhos para que eles me achem e me levem junto com a minha mãe? Eu não sei o que fazer, não sei como agir. O que aqueles soldados querem com a minha família? O que eles pensam que fizemos para nos tratarem desse modo?

Em seguida, dois soldados *dinka* imobilizam meu pai e meu irmão, colocando-os contra a parede. Os soldados apontam a todo momento para as marcas na testa de meu pai e de meu irmão, mas não consigo ouvir o que dizem. Não quero ver nem ouvir nada daquilo. Fecho meus olhos e, alguns segundos depois, ouço dois tiros. Não quero ver nem ouvir nada disso. Não quero abrir meus olhos, mas abro e, pelo buraco da parede, vejo meu pai e meu irmão caídos no chão, sem reação, sem vida.

Os soldados adentram os quartos, primeiro o quarto de meus pais, depois o meu. Eu estou lá, paralisada, atrás do armário, quase sem respirar, sem ar, desejando estar morta também. Mas os soldados não se importam em fazer uma busca minuciosa pelo cômodo. Apenas param na porta, olham o quarto e, em seguida, fecham a porta novamente. Vão embora e me deixam ali, escondida e viva, infelizmente.

E nesse momento eu só me lembro da ordem do meu pai: Angelina, fique no seu quarto e não saia até que eu diga que pode sair!



Escombros Humanos

Fernanda Cristina Santos

Oficiala da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Fsantos@defensoria.sp.def.br

Está comum abrir a porta da frente e ver um cachorro mastigando os restos de um corpo, nos últimos tempos cadáveres vêm sendo deixados para apodrecer no calor.

Logo serei eu jogado por aí. A podridão já me acompanha há tempos.

Nunca me importei em seguir às ordens dos meus superiores do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA). A disciplina no exército me fez um homem digno de respeito. Antes eu era ninguém.

Nada vale a pena lembrar da minha infância, além da minha vó. Nana era dura com seu neto órfão, mas era meu porto seguro e meu refúgio.

Quando vi pela primeira vez os soldados, todos bem-vestidos e impondo respeito, logo passava a brincar de “faz de conta” que era um. Quem sabe imitando seus movimentos e postura, me transformasse logo em um, Nana ria naqueles tempos.

Assim que me tornei homem, me dediquei para ser então autoridade. Meus superiores contavam histórias que me fascinavam, impiedosos e poderosos. Acompanhava eles, em qualquer ofensiva à rebeldes e civis suspeitos, e pouco importava todo o contexto, desde que a atenção e aprovação deles viesse.

Me formei no exército jovem, e Nana não foi. Estava acamada, um certo desgosto pela vida tomou ela de amargura, não entendi e fiquei chateado na época.

Impor o medo me fazia me sentir maior, e saber que a minha tribo “Dinka” estava cada vez mais sendo privilegiada pelo Governo, me animou. Fiquei sonhando em quando acabaríamos de vez com a convivência insuportável da odiosa tribo “Nuer”.

Inclusive, era a chance de mostrar meu valor e subir de patente, e mostrar isso pra Nana. Ela daria de novo aquele sorriso. Quem sabe, esquecesse da sombra que parecia escurecer seu semblante. Romperia aquele silêncio como poucos comentários descontentes, de que eu não era o mesmo e que tudo naquela terra estava sem Deus.

Por vezes, ouvia ela reclamar junto a vizinha quanto ao medo que vinha sentido. Porém, eu tinha fé que o estado conflituoso que as coisas andavam seria resolvido com o fim dos páreas que atrapalhavam, não era pra ela se preocupar, meus superiores já tinham planejado tudo. Mantive o sigilo, orgulhoso.

Quando determinaram buscar todos da tribo rival – era fácil identificá-los pelas “gaar” (marcas/cicatrices/escarificações específicas ritualísticas de iniciação na vida adulta localizadas no rosto) - e colocá-los na sala principal do quartel, eu sabia que dizer que “era para a proteção de todos” seria necessário para que docilmente aceitarem ficar ali.



O terror deles exalavam um cheiro ruim. Saberiam no fundo que era uma mentira sangrenta?

O suor frio caindo na minha nuca molhada daquele dia quente e seco, me remetem à quando tive febre por dias na adolescência. Nana cuidou de mim. Teria me deixado morrer se soubesse em que iria me tornar?

Presentemente, só há calafrios a cada passada nessa terra áspera. A aridez permeia tudo agora, minha boca seca de quem não bebe a horas. E no meu interior há um deserto de sentido.

Contudo, foi um momento feliz. Havia nervosismo cheio de exaltação elétrica do meu corpo todo, iríamos exterminar a escória.

Não me reconheço mais. Esse nó no peito, esse peso que carrego nas costas, a vergonha que senti quando fui contar a Nana e ela cuspiu na minha cara.

Seu olhar me assombra, como ela pôde fazer isso comigo?

Me deixar pra sempre?

O barulho da minha arma, o sangue espalhado na cama dela.

Retorno à memória de estar me sentindo bem pelo meu feito após meus superiores terem me dado tapinhas nas costas quando fui atingido pelo desespero sufocante enquanto andava no jardim de Nana. Ouvi ela atirando na sua própria cabeça, com a minha arma.

Caí de joelhos em lágrimas, me banhei nelas. Perdi a noção do tempo, de mundo, de mim.

Distante do prazer que sentira, na época que tive sede por sangue. Na expectativa de alcançar um status maior, metralhei sem parar o maior número possível naquela sala, até ver todos os corpos caídos ao chão. E daí, pronto, dever cumprido.

Agora os abomináveis, e o jeito que me fitavam me acompanham. Sou atemorizado pelos fantasmas funestos, e pela dor do luto. É enlouquecedor.

Nana me trouxe para esses lados quando meus pais morreram pelas mãos da tribo Nuer.

Ela me disse que ainda era um ninguém e que era para me esforçar muito para me tornar alguém, e que ela faria de tudo para que me tornasse alguém.

Tudo mesmo, não é Nana? Me recordo de ouvir que daria a própria vida por mim.

Como irei me redimir? Talvez, se seguir o mesmo destino...

Referência

DRIANA CARRANCA, ENVIADA ESPECIAL /JUBA - O ESTADO DE SÃO PAULO, “ Marcas étnicas são sentenças de morte. Cicatrizes típicas identificam os nuer como alvos no conflito que já matou dezenas de milhares”. 07 de abril de 2014, 2h05.

STORYTELLING NA PRÁTICA E PENSAMENTOS JURÍDICOS



13, 20 E 27
DE JUNHO
18H-21H

Evento exclusivamente presencial

Local: Auditório da Defensoria Pública
Rua Boa Vista, 200.

INSCREVA-SE

até **12/06** às **16h**

Encontro 1 - 13/06, das 18h às 21h

Narrativas, o poder da representação e a reflexão jurídica

Apresentação da turma. Aspectos teóricos do curso: Como o direito e a literatura estão relacionados? Como a narrativa e a representação literária nos auxilia na compreensão de questões complexas e em decisões éticas? Primeira rodada de leitura e análise de excertos de textos literários.

Palestrantes: ANA RUSCHE E LAURA MARCARO

Encontro 2 - 20/06, das 18h às 21h

Narrar é propor um mundo

Segunda rodada de leitura e reflexão de textos literários, com ênfase em exercícios criativos. Para o comentário da obra de Maryse Condé, contaremos com a participação da docente convidada, Maria Carolina Casati. O encontro ainda será completado com exibição de vídeos e uma sessão curta de escrita durante o período da aula.

Palestrantes: ANA RUSCHE E LAURA MARCARO

Palestrante convidada: MARIA CAROLINA CASATI

Encontro 3 - 27/06, das 18h às 21h

Compartilhar narrativas

Durante o último encontro, a dinâmica será de partilha. Haverá uma dinâmica de apresentação de narrativas produzidas por participantes, tendo como base casos reais de violação de Direitos Humanos. Haverá uma dinâmica de encerramento e avaliação breve do curso.

Palestrantes: ANA RUSCHE E LAURA MARCARO

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EDEPE Escola
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

